



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 156, DE 2007
(nº 688/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Os méritos do Senhor Antonio José Ferreira Simões que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande traço horizontal decorativo na base.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimarães Neto

I N F O R M A Ç Ã O
C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES

CPF.: 54853940782

ID.: 8112/MRE

- 1960 Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ
- 1982 CPCD-IRBr
- 1982 Terceiro Secretário em 16 de dezembro
- 1983 Divisão de Política Comercial. assistente
- 1985 Direito pela Universidade de Brasília (UnB)
- 1986 Delegação do Brasil em Genebra, Terceiro Secretário
- 1986 Segundo Secretário. por merecimento, em 18 de dezembro
- 1988 CAD-IRBr
- 1989 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Cairo, Chefe da delegação
- 1990 Embaixada em Santiago, Segundo Secretário
- 1990 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Santiago, Chefe da delegação
- 1993 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
- 1993 Primeiro Secretário, por merecimento, em 24 de junho
- 1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
- 1995 Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
- 1995 Missão do Brasil na ONU, Primeiro Secretário
- 1998 Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
- 1998 Conselheiro, por merecimento, em 29 de dezembro
- 1999 Núcleo de Coordenação da ALCA, Chefe
- 1999 II Reunião reconvocada do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Miami, Chefe da delegação

- 1999 III Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Cochabamba, Chefe da delegação
- 2000 Comitê Intergovernamental da Sociedade Civil da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
- 2001 Comitê de Assuntos Institucionais da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
- 2001 Medalha do Pacificador
- 2001 CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica
- 2001 O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
- 2002 A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
- 2002 Ordem do Rio Branco, Comendador
- 2002 Coordenação-Geral das Negociações da ALCA, Coordenador-Geral
- 2003 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
- 2003 Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
- 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 25 de junho
- 2003 Ordem ao Mérito Aeronáutico, Comendador
- 2005 Secretário de Planejamento Diplomático
- 2006 Diretor do Departamento de Energia
- 2007 Ministro de Primeira Classe, merecimento, 28 de junho de 2007
- 2007 I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, Chefe da Delegação brasileira

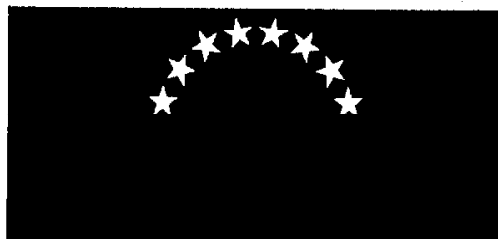

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL II**

VENEZUELA
Maço Básico, 05/07/2007



REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA



OSTENSIVO

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Caracas
ÁREA:	916.455 km²
POPULAÇÃO:	27 milhões de habitantes
IDIOMA:	Espanhol (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Hugo Rafael Chávez Frías
CHANCELER:	Nicolás Maduro Moros
PIB (2006):	US\$ 172 bilhões (est. EIU)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 6.370
UNIDADE MONETÁRIA:	Bolívar (US\$ 1 = Bs 2.147,00)
EMBAIXADOR DA VENEZUELA NO BRASIL:	Embaixador Julio Garcia Montoya
EMBAIXADOR DO BRASIL NA VENEZUELA:	Embaixador João Carlos de Souza-Gomes

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ MIL):

BRASIL⇒ VENEZUELA	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (jan- julho)
Exportações	796.568	605.718	1.464.573	2.216.188	3.555.035	2.411.942
Importações	633.055	275.154	199.558	256.004	591.575	215.247
Superávit	163.513	330.564	1.265.015	1.960.184	2.963.460	2.196.695

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRÉSIDENTE HUGO RAFAEL CHÁVEZ FRÍAS

- Nascido em Sabaneta, Estado de Barinas, em 28 de julho de 1954;
- Terceiro de sete filhos de Hugo de los Reyes Chávez e de Elena Frías;
- Concluiu em 1975 seus estudos na Academia Militar da Venezuela, onde obteve o título de Licenciado em Ciências e Artes Militares (opção engenharia terrestre);
- Curso de especialização (“Guerras Políticas”) na Guatemala;
- Mestrado em Ciências Políticas na Universidade Simon Bolívar;
- Professor da Academia Militar (lecionou para grande parte do oficialato do exército venezuelano);
- Início da vida política em 1982, no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (deu origem, em 1997, ao Movimento V República - MVR).
- Comandante do Batalhão de Paraquedistas António Nicolás Briceno;
- Líder de rebelião, em 1992, que tentou depor o Presidente Carlos Andrés Pérez;
- Processado por tribunal militar, Chávez cumpriu dois anos de prisão.
- Indulto concedido em 1994, pelo Presidente Rafael Caldera;
- Presidente da República pelo MVR, eleito em dezembro de 1998;
- Reconfirmado no cargo em 2000, sob nova consituição;
- Reeleito em 2006 (mandato 2007-2013);
- Pai de cinco filhos: Rosa Virginia, María Gabriela, Hugo Rafael, Raúl Alfonzo e Rosa Inés.

VICE-PRESIDENTE JORGE RODRÍGUEZ

- Nascido em Barquisimeto, Estado Lara, em 9 de novembro de 1965;
- Pós-graduação em psiquiatria pela Universidad Central da Venezuela (1996);
- Presidente do Conselho Nacional Eleitoral 2005-2006;
- Diretor Hospital Universitário de Caracas;
- Docente de pós-graduação de Psicologia Clínica Comunitária, Universidade Católica Andrés Bello;
- Docente de pós-graduação de Psiquiatria, Hospital Universitário de Caracas;
- Presidente da Federação de Centros Universitários, UCV, 1988;
- Presidente do Centro de Estudantes da Escola de Medicina Luis Razetti, UCV, 1987.

CHANCELER NICOLÁS MADURO MOROS

- Nascido em Caracas, em 1963. É Chanceler desde agosto de 2006.
- Dirigente estudantil nos anos 70 e 80. Delegado sindical e membro da Diretoria do metrô de Caracas. Fundador do Novo Sindicato do Metrô de Caracas e da Força Bolivariana de Trabalhadores.
- Membro do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 e de sua diretoria (1994-1997). Participou da fundação do Movimento Quinta República (MVR), do qual foi Diretor Nacional e Chefe da Equipe Parlamentar.
- Eleito para a Câmara dos Deputados, em 1998. No ano seguinte, eleito para a Assembléia Nacional Constituinte.
- Eleito Deputado da Assembléia Nacional em 2000 e reeleito em 2005. Entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006 foi Presidente da Assembléia Nacional, onde também esteve à frente da Comissão de Participação Cidadã e da Comissão Permanente do Desenvolvimento Social Integral.

GABINETE

Pedro Miguel Carreño Escobar
Ministério do Poder popular para
Relações Interiores e Justiça

**Rodrigo Eduardo Cabeza
Morales**
Ministério do Poder Popular para
as Finanças

María Cristina Iglesias
Ministério do Poder Popular para
as Indústrias Leves e o Comércio

Olga Cecilia Azuaje
Ministério do Poder Popular para
o Turismo

Luis Augusto Acuña Cedeño
Ministério do Poder Popular para
a Educação Superior

Jesús Mantilla Oliveros
Ministério do Poder Popular para
a Saúde

José David Cabello Rondón
Ministério do Poder Popular para
a Infra-estrutura

**Yubirí del Carmen Ortega
Lovera**
Ministério do Poder Popular do
Ambiente

Héctor Augusto Navarro Díaz
Ministério do Poder Popular para
a Ciência e a Tecnologia

Pedro Morejón
Ministério do Poder Popular para
a Economia Popular

Nicolás Maduro Moros
Ministério do Poder Popular para as
Relações Exteriores

EJ. Gustavo R. Rangel
Ministério do Poder Popular para a
Defesa

José Salamat Khan Fernández
Ministério do Poder Popular para as
Indústrias Básicas e a Mineralurgia

Elías Jaua Milano
Ministério do Poder Popular para a
Agricultura e Terras

Adán Chávez Frías
Ministério do Poder Popular para a
Educação

José Ramón Rivero González
Ministério do Poder Popular do
Trabalho e da Seguridade Social

Rafael Ramírez Carreño
Ministério do Poder Popular de Energia
e Petróleo

Jorge Giordani
Ministério do Poder Popular para o
Planejamento e o Desenvolvimento

William Lara
Ministério do Poder Popular para a
Comunicação e a Informação

Rafael Jose Oropeza
Ministério do Poder Popular para a
Alimentação

Francisco de Asís Sesto
Ministério do Poder Popular para
a Cultura

Ramón Alonzo Carrizales Rengifo
Ministério do Poder Popular para a
Moradia e o Hábitat

David Nieves Velásquez
Ministério do Poder Popular para
a Participação e o
Desenvolvimento Social

Hugo Cabezas Bracamonte
Ministério do Poder Popular para o
Despacho da Presidência

Eduardo Álvarez Camacho
Ministério do Poder Popular para
o Esporte

Jesse Chacón Escamillo
Ministério do Poder Popular para as
Telecomunicações e a Informática

Nicia Marina Maldonado
Ministério do Poder Popular para
os Povos Indígenas

Nota:

Em 9 de janeiro de 2007, tomaram posse o Vice-Presidente e o gabinete ministerial do novo mandato do Presidente Hugo Chávez. Foram mantidos no cargo 14 ministros e substituídos 13, além da Vice-Presidência, que também foi renovada. Todos os Ministérios incorporaram a denominação “Ministério do Poder Popular” a seus nomes. Foram criados 2 novos ministérios – Telecomunicações e Povos Indígenas – e foi extinto o Ministério de Comércio Exterior, ocupado por Gustavo Márquez. Foram substituídos, recentemente, os titulares das pastas da Saúde, Alimentação e Defesa.

POLÍTICA INTERNA

Em dezembro de 2006, o Presidente Hugo Chávez foi reeleito, com o apoio de 63% do eleitorado (7,3 milhões de votos) e garantiu, assim, novo mandato, até 2013. O Presidente venceu em todos os 23 Estados e no Distrito correspondente à capital, Caracas. O candidato opositor, Manuel Rosales – Governador do Estado Zulia – alcançou 37% dos votos (4,2 milhões de votos). A abstenção ficou em 26%, a menor em eleições presidenciais desde 1998. Não foram constatados indícios de graves irregularidades na condução do pleito, havendo Manuel Rosales reconhecido a vitória de Chávez no próprio dia das eleições, que contou com o monitoramento de mais de mil observadores nacionais e internacionais – recorde histórico na Venezuela.

A ampliação das ações do Governo no plano social foi apontada como uma das principais razões do êxito do Presidente Chávez nas eleições de dezembro passado. Em 2006, houve aumento significativo dos investimentos em programas sociais, aos quais destinaram-se cerca 6,9 bilhões de dólares. As “Misiones”, conjunto de ações empreendidas pelo Governo em prol das populações mais carentes, foram ampliadas e fortalecidas, apresentando resultados reconhecidos internacionalmente.

Estatísticas governamentais indicam redução de 80,1% para 39,4 % dos níveis de pobreza do país nos últimos três anos. A melhora nos índices sociais é atestada também, embora de forma mais modesta, pelo Anuário Estatístico de 2006 da CEPAL, segundo o qual o percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza na Venezuela foi reduzido de 49,4%, em 1999, para 37,1% , em 2005.

Plano Nacional Simón Bolívar (2007-2021)

Ao tomar posse, em 10 de janeiro de 2007, o Presidente Chávez anunciou seu novo programa de Governo, o Plano Nacional Simón Bolívar (2007-2021). Nele são mencionados “cinco motores” que, segundo o mandatário, deverão conduzir a Venezuela ao socialismo pleno, a saber: 1) Lei Habilitante; 2) reforma constitucional; 3) “Jornada Nacional Moral y Luces” (educação popular); 4) “nova geometria do poder”; 5) conselhos comunitários.

1) Lei Habilitante

O recurso à **Lei Habilitante**, instrumento que outorga ao Presidente a faculdade de legislar por Decreto, é prática comum na Venezuela desde a década de 1960. Os Presidentes Rómulo Betancourt (1959-1964), Carlos Andrés Pérez (em seus dois mandatos, 1974-1979 e 1989-1993), Jaime

Lusinchi (1984 – 1989) e Rafael Caldera (em seu segundo mandato, 1994 - 1999) lançaram mão dessa prerrogativa. Originalmente, sua aplicação limitou-se aos âmbitos econômico e financeiro, restrição que foi derrubada pela Constituição Bolivariana, aprovada em dezembro de 1999.

O Presidente Chávez recorreu à Lei Habilitante pela primeira vez em março de 1999, para aprovar reforma na lei de imposto de renda. Em 2000, já sob a égide da Constituição Bolivariana, promulgou 49 leis nos 12 meses de vigência da medida, algumas delas polêmicas, disciplinando temas como propriedade rural e exploração dos recursos petrolíferos. A mobilização da oposição contra essas medidas desembocaria na fracassada tentativa de golpe que tirou Chávez do poder por menos de 48 horas em 2002.

A terceira edição da Lei Habilitante, aprovada no início de 2007, foi particularmente abrangente no que se refere às matérias sobre as quais o Presidente poderá emitir decretos, a saber: a) transformação das instituições do Estado; b) participação popular; c) valores essenciais ao exercício da função pública; d) esfera econômica e social; e) âmbito financeiro e tributário; f) segurança cidadã e jurídica; g) ciência e tecnologia; h) ordenamento territorial; i) segurança e defesa; j) infra-estrutura, transporte e serviços; e l) âmbito energético. No início deste ano, foram assinados decretos envolvendo as áreas de energia – nacionalização das empresas petrolíferas no Orinoco – e de economia – reforma monetária e controle de preços.

2) Reforma Constitucional

O Presidente Hugo Chávez apresentou, no dia 15 de agosto, projeto que altera 33 dos 350 artigos da atual Constituição, aprovada em 1999. As principais mudanças são:

a) Reeleição continuada (art. 230). Reeleições sem limites apenas para Presidente da República, que terá mandato de sete anos. A atual Constituição prevê a possibilidade de apenas uma reeleição e mandato de seis anos.

b) Reordenamento territorial (arts. 11, 16 e 23). Restabelecimento do Distrito Federal, em Caracas, e criação de territórios federais, como regiões marítimas, municípios federais e distritos insulares. Vice-Presidentes para administrar as novas unidades territoriais serão nomeados pelo Presidente.

c) Programas Sociais – Missões -- (art. 141). Atribuição de *status* constitucional às missões como figura alternativa de administração pública.

d) Conceito de propriedade e expropriações (115). Introdução de novas formas de propriedade dos meios de produção (pública, social direta, social indireta, cooperativa, mista e privada). De acordo com o projeto, “poderá ser declarada a expropriação de qualquer classe de

bem, sem prejudicar a faculdade dos órgãos do Estado de ocupar previamente, durante o processo judicial, os bens objeto da expropriação”.

e) Poderes públicos (art. 136). Criação de um novo Poder Popular, integrado “por las comunidades, comunas y las ciudades a través de los consejos comunales, obreros, campesinos, estudiantiles y otros”.

f) Jornada de Trabalho (art. 90). Redução de oito para seis horas diárias.

g) Proibição de Monopólios (art.113) e de latifúndios (art. 307).

h) Supressão da autonomia do Banco Central (BCV) (arts. 318 e 321). “El BCV es persona de derecho público sin autonomia y sus funciones están supeditadas a la política económica general y al plan nacional de desarrollo”.

i) Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN). Incorporação do FONDEN ao texto constitucional, criado com as divisas oriundas das exportações de petróleo.

O Artigo 343 da atual Constituição estipula que os deputados deverão considerar as propostas do Executivo em três etapas: uma primeira discussão quando da sua apresentação (já realizada), seguida por um debate por título ou capítulo, e uma terceira e última, em que se examinarão os artigos um a um. A aprovação da reforma requer o apoio de dois terços dos 167 deputados.

Prevê-se que os trabalhos legislativos estejam concluídos na última quinzena de outubro próximo. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) trabalha com a data de 9 de dezembro para a realização do consulta popular sobre o projeto de reforma.

3) Jornadas Nacionais de Formação Moral e Cívica (“Jornada Nacional Moral y Luces”)

O terceiro motor do programa de Governo – as jornadas nacionais de formação moral e cívica – tem por objetivo promover entre a população venezuelana, mediante “campanhas de educação”, princípios e valores socialistas em diferentes áreas, como política e economia.

4) Nova Geometria do Poder

A “nova geometria do poder”, tal como apresentada na reforma constitucional, traduz a intenção do Presidente Chávez de empreender nova divisão político-territorial do país, com a criação/supressão de Estados, Municípios e outras unidades político administrativas.

5) Conselhos Comunitários

As instâncias político administrativas tradicionais deverão coexistir com os “**consejos comunales**” – quinto motor –, entendidos como mecanismos de gestão coletivas, moldados na experiência cubana.

Os conselhos comunitários são apresentados como unidades administrativas locais, cujo objetivo seria estimular iniciativas de comunidades carentes, independentemente da ação das prefeituras, nas quais os problemas da coletividade sejam discutidos de forma participativa. Deverão ser constituídos, em 2007, mais de 32 mil conselhos, o que seria suficiente para atingir a meta governamental de apoiar financeiramente 50 mil.

Política interna: Outros desdobramentos recentes

Com o objetivo de fortalecer a base de sustentação do Governo e de aprofundar a Revolução Bolivariana nos próximos anos, o Presidente Hugo Chávez anunciou, em dezembro de 2006, a criação de um partido governista único, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Foram fundidos na nova agremiação, além do Movimento Quinta República (MVR), fundado pelo Presidente em 1997, outros 23 pequenos partidos. Em julho de 2007 deverá ser realizado “congresso fundacional”, do qual emergirão estatutos, programas e estratégias do novo partido.

O Governo espera que membros do PSUV conhecidos como 'propulsores' organizem bases regionais e atraiam outros filiados. Autoridades governamentais informaram que, até junho passado, cerca 5 milhões e 400 mil militantes se registraram no novo partido.

Caso RCTV

A decisão do Presidente Hugo Chávez de não renovar a licença da “Radio Caracas de Televisión” (RCTV) foi anunciada no final de 2006 e levada a cabo no dia 27 de maio deste ano. Era a emissora mais popular da Venezuela e detinha a maior capacidade de transmissão em sinal aberto (cobertura em 98% do país).

O Governo venezuelano baseou sua decisão em decreto de 1987, que estabeleceu prazo de 20 anos para duração de concessões públicas de TV. O encerramento das atividades da RCTV foi marcado por protestos populares contra a decisão do Governo e choque de manifestantes com a polícia, que se estenderam por vários dias.

A RCTV iniciou transmissões a cabo no dia 16 de julho com novo nome (RCTV Internacional). Apesar de a emissora ter, a partir de agora, sede em Miami, o “Consejo Nacional de Telecomunicaciones” (CONATEL) exige que a empresa se registre como “produtora nacional”, em função do conteúdo da programação que oferece.

O Supremo Tribunal de Justiça suspendeu, em 1º de agosto, ordem da CONATEL para que a RCTV Internacional e outros canais a cabo se registrem como “produtores nacionais”, até que essa expressão seja aclarada.

Nacionalizações

O Presidente Chávez procedeu, após sua reeleição, à nacionalização dos setores de telecomunicações, energia elétrica e hidrocarbonetos do país.

A empresa americana Verizon Communications – acionista majoritária da CANTV -- vendeu ao Estado, por US\$ 572,24 milhões, seus ativos. Em maio passado, o Presidente Chávez empossou o novo Conselho de Direção da CANTV, já estatizada. Informou, então, que as tarifas de telefonia fixa, de linhas móveis, e de celulares serão reduzidas em 20%, numa operação que começará nos próximos meses.

Avançaram rapidamente, também, tratativas referentes à nacionalização de empresas do setor elétrico. Foi concretizada a compra, em maio passado, diretamente pela PDVSA, da maioria acionária das empresas Elecar (Eletricidad de Caracas) e Seneca (Sistema Eléctrico de Nueva Esparta C.A.).

O Estado venezuelano assumiu, em 1º de maio, o controle operacional das quatro associações estratégicas de exploração e melhoramento de petróleo na Faixa do Orinoco (Ameriven, Cerro Negro, Petrozuata e Sincor-Sin Crudos de Oriente) e das explorações a risco e lucros compartilhados Sinovensa, “Desarrollo Corocoro-Golfo de Paria Oeste” e “Desarrollo Posa-Golfo de Paria Este”. O total de ativos das empresas envolvidas nos projetos nacionalizados é avaliado pelo Governo em US\$ 25 bilhões e por analistas privados em US\$ 30 bilhões.

As companhias petroleiras Chevron, British Petroleum, Statoil e Total concordaram com as condições do decreto presidencial que determinou a transferência do controle acionário e da operação dos projetos conjuntos para a estatal PDVSA e o estabelecimento de empresas mistas. As empresas ExxonMobil, ConocoPhillips e PetroCanada não chegaram, porém, a um acordo com Caracas e abandonaram as operações petrolíferas na Venezuela. O Governo venezuelano está, no momento, negociando as compensações a serem pagas a essas empresas para evitar eventual recurso à arbitragem internacional.

De acordo com o Presidente Chávez, as transnacionais exploravam o petróleo pesado e extrapesado da Faixa do Orinoco pagando um baixo valor ao Estado e o vendiam no mercado internacional, depois de melhorado e refinado, a um preço superior ao do West Texas Intermediate (WTI, um tipo de óleo cru), entre os mais altos do mundo.

Segundo a Petrobras, seus interesses no país não devem ser afetados pelas nacionalizações, pois a negociação e implementação dos seus

projetos na Venezuela já foram executadas em novo formato, que já levava em conta as mudanças na legislação.

Compra de Armamentos

A Venezuela tem realizado aquisições de grande monta e de avançada tecnologia: 25 caças-bombardeiros Sukhoi-30 (planeja adquirir outros 25), 53 helicópteros de combate, 66 lanchas-patrolha, além de 100.000 fuzis Kalashnikov AK-103 e 5.000 fuzis de franco-atirador, modelo Dragunov, destinados, segundo afirma o Governo, à eventual “guerra assimétrica” contra os Estados Unidos.

O Governo venezuelano está montando parque industrial bélico ambicioso: instalação de fábrica de fuzis de assalto AK-103, fábrica de peças para helicópteros, fábricas de pólvora, detonadores e munições, plantas de “repotencialização” de turbinas dos caças F5 em cooperação com o Irã, centro de treinamento especializado em helicópteros, entre outros.

POLÍTICA EXTERNA

Inspirada nos ideais bolivarianos, a diplomacia do Governo Chávez confere especial ênfase à integração regional latino-americana e caribenha. Nesse contexto, prioriza as relações Sul-Sul e esquemas de integração como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL). A política externa venezuelana está calcada, também, em princípios socialistas e em discurso radicalmente contrário ao Governo do Estados Unidos.

VENEZUELA-UNASUL

O processo de integração da América do Sul, anteriormente denominado "Comunidade Sul-americana de Nações -- CASA", foi rebatizado de "União de Nações Sul-americanas -- UNASUL" durante a Cúpula Energética realizada em Ilha Margarita, na Venezuela, em abril de 2007. A alteração foi proposta pelo Presidente Chávez.

Decidiu-se, então, que o projeto de Acordo Constitutivo da UNASUL deverá ser apresentado à III Reunião de Chefes de Estado e de Governo (Cartagena, janeiro de 2008). Ficou igualmente acordada ainda a criação de uma Secretaria Permanente da UNASUL, que terá sede em Quito, e a transformação da atual Comissão de Altos Funcionários em Conselho de Delegados.

A Declaração de Margarita estabeleceu diretrizes para o aprofundamento da integração energética na região. A declaração também

instituiu o Conselho Energético da América do Sul, integrado pelos Ministros de Energia, e encarregado de preparar, para consideração dos Presidentes, proposta de Estratégia Energética Sul-americana, de Plano de Ação e de um Tratado Energético da América do Sul.

O Conselho de Delegados tem avançado na elaboração de um projeto de acordo constitutivo. O anteprojeto, preparado pela Secretaria Pro Tempore com base em contribuições apresentadas por Brasil e Chile, contém os seguintes capítulos: preâmbulo, constituição da UNASUL, objetivos, metodologia de construção, relacionamento com terceiros, institucionalidade, decisões por consenso, adoção de iniciativas, projetos e políticas comuns, financiamento, parlamento, tribunal (esses dois últimos pontos poderão ser considerados em protocolos adicionais ao Acordo), participação da sociedade civil, idiomas e entrada em vigor.

O ex-Presidente equatoriano Rodrigo Borja, indicado para o cargo de Secretário Permanente, afirmou recentemente que somente aceitaria o cargo se os Presidentes adotarem o projeto por ele proposto de Acordo Constitutivo da UNASUL.

BANCO DO SUL

Realizou-se em Caracas, em 30.07, reunião da Comissão Técnica para a criação do Banco do Sul. Foram revisados pontos pendentes da Ata de Fundação e do Estatuto. Analisou-se, também, a questão da definição do capital do Banco do Sul e sua composição.

Está prevista, tentativamente para o dia 17 de setembro, no Rio de Janeiro, reunião dos Ministros de Economia e Fazenda de todos os países da América do Sul, a convite do Ministro Guido Mantega.

Integração Regional e a ALBA

Ao mesmo tempo em que se compromete com o Mercosul e os esquemas de integração sul-americana traçados no âmbito da UNASUL, a política externa da Venezuela tem atribuído alta prioridade à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). O bloco é composto, atualmente, por Venezuela, Cuba e Bolívia e Nicarágua. Contempla, assim, 2,2 milhões de quilômetros quadrados, 53 milhões de habitantes e conta com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 234 milhões de dólares. Equador e Dominica manifestaram, recentemente, interesse em aderir à ALBA.

Em abril de 2007, foi realizada a V Reunião de Cúpula da ALBA, na Venezuela, que teve como ponto alto promessas de Caracas de suprimento energético em condições especiais aos países membros do bloco. Em 6 de junho, em Caracas, foi realizada a I Reunião do Conselho de Ministros da ALBA. Os trabalhos concentraram-se na avaliação do conjunto de projetos aprovados na V Cúpula, na estrutura institucional do bloco e na proposta de constituição de um Banco da ALBA. Foi

assinado Memorando de Entendimento com vistas à criação dessa instituição financeira.

A próxima Reunião do Conselho de Ministros está prevista para realizar-se nos dias 14 e 15 de setembro, na cidade de Havana.

“Diplomacia do Petróleo”

Dados apresentados recentemente pelo Presidente Chávez sobre o fornecimento venezuelano de petróleo bruto e derivados aos países da América Latina e Caribe em condições preferenciais revelam, na prática, a dimensão da chamada “diplomacia do petróleo”. Segundo o mandatário, a Venezuela vem fornecendo cerca de 200 mil barris diários à região, por meio de mecanismos de financiamento definidos em vários instrumentos internacionais. No total, estariam sendo financiados US\$ 4,8 milhões diários ou mais de US\$ 1,6 bilhão por ano.

Na V Reunião de Cúpula da Alba, o Presidente Chávez garantiu a seus homólogos de Bolívia, Nicarágua e Haiti (país convidado) que a Venezuela está em posição de suprir as necessidades energéticas dos países membros da organização em condições ainda mais vantajosas que as prometidas no marco da iniciativa Petrocaribe. Chávez ofereceu, ainda, o envio de 18 mil barris diários de petróleo ao Haiti e a construção de uma refinaria naquele país, além do fornecimento de 8,3 mil barris diários de diesel à Bolívia. Recentemente, o mandatário propôs a construção de plantas para a produção de gás no Haiti e na República Dominicana.

Além dos acordos plurilaterais, foram assinados acordos bilaterais, estabelecendo condições especiais de financiamento a países como Cuba e Equador. O Convênio Integral de Cooperação Cuba-Venezuela, assinado em 2001, prevê o envio de 53 mil b/d, em condições ainda mais favoráveis que as outorgadas aos demais parceiros da Petrocaribe ou do Acordo de Caracas. Cuba pode pagar o petróleo venezuelano com bens e serviços, o que tem permitido maciça participação de médicos e professores cubanos nas missões sociais na Venezuela. Segundo dados disponíveis, a quantidade de petróleo e derivados hoje enviada a Cuba é de 98 mil b/d.

O acordo com o Equador prevê o fornecimento de diesel venezuelano, o refino de petróleo bruto equatoriano na Venezuela, a preço de custo, e a modernização técnica e operativa da Petroecuador com assistência da PDVSA.

Durante a III Cúpula da Petrocaribe, realizada em Caracas, em 08/08, oito países caribenhos, além da Venezuela, assinaram um Tratado de Segurança Energética (Belize, Dominica, Haiti, Jamaica, Granada, São Vicente e Granadinas, Nicarágua e Suriname). O instrumento é semelhante àqueles firmados com Argentina e Uruguai, países recentemente visitados pelo Presidente Chávez.

Pelo Tratado, a Venezuela garante aos parceiros o fornecimento “seguro e estável” de óleo bruto, produtos refinados e gás de cozinha (GLP) em condições capazes de atender suas necessidades, garantindo, assim, a segurança energética da região. O acordo visa, em especial, criação ou ampliação da capacidade de refino nos vários países, a fim de consolidar um pólo de refino caribenho. A Venezuela oferece aos demais membros apoio nas atividades de exploração, produção, industrialização e comercialização, além da construção de infra-estrutura para transporte, armazenagem e distribuição de petróleo e seus derivados. O acordo prevê, ainda, a introdução ou o aumento da participação do gás natural nas matrizes energéticas dos países da região, por meio de várias iniciativas, entre as quais a construção de usinas de liquefação e regaseificação para expansão do mercado de GNL.

OPEP do Gás e OPPEGASUR

A Venezuela defende a criação de organização para regular a compra e venda de gás natural no plano internacional, a chamada “OPEP do gás”. Além da Venezuela, integrariam a nova instituição a Argélia, o Catar, o Irã e a Rússia, países com as maiores reservas gasíferas provadas do mundo.

No âmbito regional, Venezuela, Bolívia e Argentina defendem criação de uma Organização de Países Produtores e Exportadores de Gás na América do Sul, a OPPEGASUR.

VENEZUELA-ESTADOS UNIDOS

As exportações de petróleo da Venezuela para os EUA em 2006 mais alcançaram US\$ 30 bilhões: trata-se de 60% do total das vendas venezuelanas desse produto e, em contrapartida, de 12% das importações dos EUA. Os EUA figuram como o maior país investidor na Venezuela, tendo o comércio bilateral crescido 24% em 2006. Não obstante, as relações entre os dois países têm sido marcadas por desconfianças recíprocas e atritos constantes.

Dentre os principais pontos de tensão com os Estados Unidos mencionem-se: (i) a Lei de Responsabilidade em Rádio e Televisão (“Lei de Conteúdo”), a qual daria a Chávez, segundo os EUA, poder arbitrário de controle sobre a imprensa; (ii) o estreito relacionamento entre Chávez e Fidel Castro; (iii) o suposto relacionamento entre Chávez e as FARC; (iv) a crescente aproximação entre Caracas e Teerã; (v) a percepção norte-americana de que o Presidente Chávez estaria iniciando uma corrida armamentista e seria fator de desestabilização da região; (vi) a acusação de Washington de que o Governo venezuelano estaria veiculando propaganda anti-americana por meio da Telesul; (vii) o cancelamento unilateral da

colaboração venezuelana com a Agência Federal Antidrogas dos Estados Unidos (DEA); não renovação da licença da RCTV, em maio de 2007.

No ano passado, os EUA opuseram-se publicamente à candidatura da Venezuela para ocupar assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoiando a Guatemala durante as eleições. Após impasse em numerosas votações, venezuelanos e guatemaltecos chegaram a um consenso para a indicação de um “tertius”, que levou à eleição do Panamá para assento não-permanente do GRULAC no Conselho de Segurança das Nações Unidas no período 2007-2008.

Após a vitória do Presidente Chávez nas eleições de 3 de dezembro passado, o Secretário Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, Thomas Shannon, assinalou a disposição do Governo Bush em trabalhar e cooperar com o Governo venezuelano em temas de interesse mútuo e reconheceu o caráter democrático do processo eleitoral realizado.

Não obstante as declarações de Shannon, as relações entre Washington e Caracas voltaram a se deteriorar após o anúncio das nacionalizações na Venezuela, que atingiram empresas norte-americanas dos setores elétrico, de telecomunicações e de energia. Autoridades do DoS têm reiterado que, embora Chávez seja um “Presidente democraticamente eleito, este não governa de forma democrática”, razão pela qual a Venezuela estaria a meio-caminho entre países democráticos e não-democráticos.

Mais enfático, o Vice-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, John Negroponte, disse que o Presidente da Venezuela é uma “ameaça à democracia” de países da América Latina, para os quais tenta “exportar seu modelo de populismo radical”. A seu turno, Hugo Chávez denunciou supostos planos de “magnicídio” que estariam ganhando força desde a designação de John Negroponte para aquele cargo, em janeiro deste ano.

Novo Embaixador dos Estados Unidos em Caracas

No início de agosto, o Governo norte-americano indicou Patrick Duddy como novo Embaixador em Caracas, no lugar de Willian Brownfield. Em cerimônia realizada em Washington, a Secretária de Estado Condoleezza Rice, assim como Patrick Duddy, referiram-se às relações bilaterais com a Venezuela como “complicadas e difíceis”. Rice recomendou que o novo Embaixador estabelecesse canais diretos com a sociedade venezuelana, tendo em conta a longa tradição de amizade desta com o povo norte-americano.

Relatórios do Departamento de Estado

Narcotráfico

O Departamento de Estado (DoS) divulgou relatório no final de fevereiro de 2007 indicando aumento do narcotráfico originado na Venezuela. O estudo afirma que forças de segurança venezuelanas estariam envolvidas no tráfico de drogas e aponta suposta debilidade do sistema judiciário, além de pouca cooperação internacional por parte de Caracas.

Direitos Humanos

Em março, foi publicado relatório dando conta de que a Venezuela é o país da América Sul no qual teriam sido cometidas mais violações de direitos humanos em 2006. O país foi incluído pelo Departamento de Estado na mesma lista que Síria e Rússia de lugares onde as liberdades teriam se deteriorado no ano passado.

Washington denunciou, em particular, supostos "ataques" a jornalistas venezuelanos. Em relação à "intimidação de grupos da sociedade civil", o Departamento de Estado destacou o exemplo da ONG de oposição Súmate, organização que, entre outras atividades, promoveu em 2004 referendo revogatório contra o Presidente Chávez. A organização foi indiciada pelo Ministério Público por conspiração contra o Estado e evasão de impostos, devido ao recebimento de US\$ 31 mil enviados pela NED (National Endowment for Democracy), órgão vinculado ao Departamento de Estado norte-americano. A Súmate também haveria recebido US\$ 300 mil do Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) dos EUA.

Terrorismo

A exemplo do que ocorrera em relatório do ano anterior, que resultou em proibição às vendas de armas ao país, o novo relatório do DoS, publicado em maio passado, incluiu a Venezuela entre os Estados que não "cooperam totalmente" na luta contra o terrorismo.

Tráfico Humano

O último relatório do Departamento de Estado sobre Tráfico Humano, publicado em junho passado, aponta a Venezuela como "fonte, trânsito e destino" de mulheres e crianças vítimas dessa atividade voltada para a exploração sexual.

Caso Posada Carriles

Nascido em Cuba e nacionalizado venezuelano, Posadas Carriles é acusado por Caracas e Havana de haver empreendido ações terroristas, entre as quais se destacam um atentado contra avião da Cubana de

Aviación, em 1976, que resultou na morte de 73 pessoas, e ataques com bombas contra hotéis em Havana, em 1997.

Posada Carriles foi preso na Venezuela em 1977, sob a acusação de envolvimento no atentado contra o avião cubano e enfrentou processo judicial que se arrastou por anos sem definição. Em 1985 escapou da prisão, em circunstâncias pouco claras e, em 2005, ingressou irregularmente em território norte-americano, onde solicitou asilo político. Caracas interpôs, então, pedido de extradição, amparada em Acordo Bilateral entre Venezuela e Estados Unidos, de 1922 (ainda em vigor). Baseou-se no fato de Posada Carriles ser fugitivo da Justiça venezuelana. Foi invocado, ainda, Convênio para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, de 1971.

Em maio de 2005, após entrevista concedida ao jornal Miami Herald, Posada Carriles foi preso na Flórida, acusado de fraudes migratórias. O Presidente Hugo Chávez, suspeitando que Posada não seria extraditado, ameaçou “cerrar la Embajada” nos Estados Unidos.

Finalmente, em janeiro de 2007, o Governo dos Estados Unidos anunciou a possibilidade de libertar Posada Carriles sob fiança, o que acabou ocorrendo, em 19 de abril. No mês seguinte, as acusações que pesavam contra o terrorista foram rejeitadas por Corte federal norte-americana.

VENEZUELA-CUBA

A cooperação entre Venezuela e Cuba vem ocorrendo no âmbito da ALBA. Cuba tem adquirido petróleo e outros combustíveis da Venezuela em condições especiais, em volumes médios de 98.000 barris ao dia (cerca de 75% de sua demanda). Em troca, além da conhecida participação de Cuba na implementação dos diversos projetos sociais em andamento na Venezuela em áreas básicas como saúde e educação, o país caribenho assessora as Forças Armadas venezuelanas. O impacto dessa política na economia cubana tem sido significativo e explica, em certa medida, o crescimento da economia do país caribenho em 2006, que chegou a 12,5%, o maior da América Latina.

O Presidente Chávez vem estimulando, por meio de planos de financiamento, exportações venezuelanas para Cuba. Os recursos têm sido disponibilizados pelo Banco de Comércio Exterior (Bancoex) e pelo Banco Industrial da Venezuela. Foram alocados, entre junho de 2005 e março de 2006, cerca de US\$ 210 milhões, beneficiando tanto exportadores venezuelanos, como importadores cubanos. Em contrapartida, esquema de importação implementado por Havana dá preferência a produtos adquiridos da Venezuela.

Durante a VII Reunião da Comissão Mista Intergovernamental Cuba-Venezuela, realizada em março, em Havana, os dois países avançaram as análises referentes à implementação de 355 projetos bilaterais, que

somados totalizariam investimentos de cerca 1,5 bilhão de dólares. Destaca-se, entre estes, o “programa alcoholero”, que prevê a instalação de 11 usinas de etanol na Venezuela, tendo como matéria-prima o bagaço da cana-de-açúcar produzida em Cuba.

VENEZUELA-BOLÍVIA

A eleição do Presidente Evo Morales elevou o relacionamento de La Paz com Caracas a patamar inédito. É crescente a influência exercida pelo Governo venezuelano nos negócios internos da Bolívia, em setores estratégicos da vida política, militar e econômica daquele país, conforme comprovam os exemplos a seguir:

- a) foi anunciada parceria entre a YPFB e a PDVSA para explorar campos de petróleo e gás na Bolívia;
- b) o Embaixador venezuelano Julio Montes conta com um gabinete de trabalho no Palácio Quemado;
- c) Caracas financia a implementação de rede de "emissoras de rádio comunitárias" (dez já em funcionamento e cem outras projetadas para 2008), e injetaria US\$ 2 milhões para ampliar o único canal estatal de televisão;
- d) a Venezuela concederá 5,000 bolsas de estudo para que bolivianos se formem em universidades daquele país;
- e) tanto em seus deslocamentos internos como nas viagens ao exterior, o Presidente Morales se utiliza geralmente de aeronaves cedidas pela Venezuela e operadas por tripulações venezuelanas;
- f) o Ministério da Defesa local confirmou o recebimento de 10 milhões de dólares do governo venezuelano para "melhora da infra-estrutura de quartéis";
- g) sob o patrocínio da PDVSA, e com as presenças dos ministros da cultura de Venezuela, Cuba e Equador, realizou se reunião da "Rede de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade", que culminou seu trabalho com duras críticas aos meios de comunicação privados;
- h) 30 milhões de dólares recebidos do governo venezuelano foram distribuídos pessoalmente pelo Presidente Morales a municípios bolivianos governados pelo MAS;
- i) outros 7 milhões foram destinados à aceleração de um agressivo programa de distribuição de cédulas de identidade em zonas menos favorecidas (que a oposição acusa de ocultar interesses eleitorais);
- j) foi criada a "Liga Parlamentar Boliviano-Venezuelana", entidade que conta com senadores e deputados, todos do MAS, cujo presidente afirmou em entrevista: " pensé que Lula podía asumir el liderazgo latinoamericano, por la potencialidad que tiene Brasil, pero Lula perdió la oportunidad (...) de repente llegó

Chávez, con una economía menor, pero suficiente para cooperar a países menores";

- k) em 10 de março último, em seu périplo "anti-Bush", Chávez visitou a Bolívia e propôs a criação de organização de países produtores e exportadores de gás (OPPEGASUR), cartel ao qual a Bolívia tenciona aderir.

No plano da cooperação militar, a Bolívia e a Venezuela assinaram, em maio de 2006, o Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria de Defesa. O Acordo gerou críticas de alguns países vizinhos da Bolívia, especialmente do Paraguai e Peru, em função de artigo que estipula assistência militar em “gestão de crise”. Internamente, a oposição ao Governo Morales também mostrou preocupação com o instrumento: senadores tentaram anulá-lo mediante recurso ao Tribunal Superior do país.

O instrumento prevê a construção de (a) um porto fluvial em Puerto Quijaro, na área de fronteira da Bolívia com o Paraguai e com o estado de Mato Grosso do Sul, e (b) de um forte militar na cidade boliviana de Riberalta, no departamento do Pando, a cerca de 150 km da fronteira com o estado de Rondônia. Segundo divulgado pelo Ministério da Defesa da Bolívia, o Forte Militar receberia cerca de 2.500 soldados. Há notícias de que parte do financiamento para a construção dessas obras adviria da compra pela Venezuela de US\$ 100 milhões de bônus emitidos pelo Governo boliviano.

O Presidente Chávez visitou a Bolívia no início de agosto. Foi anunciada, então, a criação da companhia PETROANDINA, para a exploração conjunta de hidrocarbonetos entre a PDVSA e a YPFB. Acordou-se a construção, em território boliviano, de uma planta petroquímica binacional para separar gases nobres.

Em 21/08, foram inaugurados trabalhos de construção de diques e estradas para prevenir a recorrência de inundações no Departamento boliviano de Beni. As obras serão realizadas com maquinaria doada pelo Governo venezuelano, que assegurou também o financiamento total dos custos. Os trabalhos estarão a cargo de um “Comando Binacional Amazônico”, conformado por militares dos dois países.

VENEZUELA-EQUADOR

A vitória de Rafael Correa abriu novas perspectivas para o fortalecimento das relações entre o Equador e a Venezuela. O Presidente eleito, além de amigo pessoal de Hugo Chávez, demonstra ter grande afinidade ideológica com o líder venezuelano. O mandatário equatoriano prometeu incorporar o Equador ao "novo socialismo" da América Latina, integrado, segundo ele, por Governos de países como Venezuela, Argentina e Brasil.

O Presidente venezuelano participou da posse de Correa, em 15 de janeiro, ocasião em que firmou vários instrumentos, destacando-se um acordo na área petrolífera, além de Declaração Conjunta, na qual se anuncia nova etapa nas relações entre os dois países. Foi assinado, também, acordo de cooperação que visa ao aumento da capacidade de refino em território equatoriano. Enquanto esse objetivo não é plenamente alcançado, prevê-se que cerca de 100 mil barris diários de petróleo equatoriano sejam refinados na Venezuela. Não se tem notícia, até o momento, do início dessa operação.

Na área financeira, a Venezuela anunciou a decisão de abrir um escritório do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES) na capital equatoriana, bem como de criar um fundo de cooperação com uma quantia inicial de US\$ 25 milhões. Desse montante, US\$ 15 milhões deverão ser destinados à concessão de créditos de caráter reembolsável, para promover o desenvolvimento de projetos produtivos de cooperativas.

No final de fevereiro, o Governo venezuelano anunciou que abrirá seu mercado interno para a importação em grande volume de produtos equatorianos. O anúncio das medidas deu-se no contexto dos esforços da Venezuela para cumprir seu programa interno de venda de alimentos a preços baixos. Entre os produtos equatorianos que poderão ser beneficiados com a abertura do mercado venezuelano destacam-se o leite em pó, atum em conserva, óleo de palma, feijão, cebola, açúcar refinado, amendoim, batatas e flores ornamentais.

Na última visita do Presidente Chávez ao Equador, em 09/08, foram assinados dois memorandos de entendimento entre a PETROECUADOR e a PDVSA, um deles para estudar a viabilidade de construção de refinaria em Manabí, com capacidade para processar, diariamente, 300 mil barris de petróleo bruto (o custo do projeto é estimado em US\$ 5 bilhões), e outro para melhorar a produção do Campo Sacha, na Amazônia equatoriana. Também foi firmada Declaração Presidencial sobre Segurança Energética, que prevê a assinatura de um Acordo de Segurança Energética. Além disso, a Venezuela deverá emprestar ao Equador, a partir de outubro e novembro deste ano, duas das 13 perfuradoras de poços de petróleo que encomendou da China.

Com relação ao convite venezuelano para que o Equador integre a ALBA, o Presidente Rafael Correa declarou, durante a coletiva de imprensa, que "hemos conversado con el Presidente Chávez y le hemos dicho: tu regresas a la CAN y con mucho gusto enseguida entraremos a la ALBA". Chávez afirmou que o regresso da Venezuela à CAN "no es imposible".

VENEZUELA-NICARÁGUA

Venezuela e Nicarágua estabeleceram importante cooperação após a vitória de Daniel Ortega nas eleições presidenciais, que contou com o apoio

do Presidente Chávez. Os dois mandatários identificam-se ideologicamente e mantêm estreitos laços de amizade, relação que, na prática, traduz-se em forte apoio de Caracas a Manágua.

Foram firmados, em janeiro deste ano, convênios de cooperação entre Venezuela e Nicarágua em diferentes áreas, compondo um pacote de ajuda venezuelana ao país centro-americano da ordem de US\$ 600 milhões. Entre os convênios, destacam-se o que garante o fornecimento de petróleo e o de perdão da dívida nicaragüense com a Venezuela de US\$ 31,8 milhões. O mandatário venezuelano qualificou os convênios de “atos de solidariedade e integração latino-americana, cheios de conteúdo, com carne, osso e fogo”. A celebração desses instrumentos foi inserida no âmbito da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), à qual a Nicarágua aderiu, também em janeiro.

Entre as ações acordadas, cabe destacar o anúncio de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BANDES) da Venezuela pretende abrir um escritório de representação em Manágua. O governo venezuelano se propõe a oferecer créditos de até US\$ 20 milhões em condições favoráveis (com dois anos de carência e juros anuais de 2%) a pequenos produtores, com o objetivo de financiar a produção agrícola nicaragüense para convertê-la em “uma potência agro-exportadora”.

De acordo com cálculos feitos por uma comissão composta por representantes dos dois países, reunida em Manágua em abril passado, a cooperação venezuelana com a Nicarágua atinge um investimento de US\$430 milhões apenas em 2007, o que dobra o investimento estrangeiro registrado no país em 2006.

Em visita à Nicarágua, em 19/07, para participar das comemorações do 28º aniversário da revolução sandinista, o Presidente Chávez colocou a pedra fundamental do que poderá ser a maior refinaria (“Refinaria el Supremo Sueño de Bolívar”) da América Central, com capacidade para processar 150 mil barris de petróleo diariamente. O projeto envolverá investimento de três bilhões e novecentos milhões de dólares, a serem cobertos pela venda de duas das oito refinarias da PDVSA localizadas nos EUA.

Chávez prometeu, também, a construção de uma fábrica petroquímica, que produzirá sacos plásticos, luvas para médicos, seringas e uréia. Disse, ainda, que irá apoiar a construção de uma usina para gerar 400 MW de energia e de outra fábrica de regaseificação. Finalmente, o Presidente venezuelano formalizou o perdão de 33,2 milhões de dólares da dívida externa nicaragüense com a Venezuela.

VENEZUELA-ARGENTINA

As relações entre Venezuela e Argentina situam-se em seu mais alto nível histórico, como denota o expressivo número de acordos assinados

entre os dois países de 2003 para cá. Foram 39 no total, os quais representam 32% dos tratados firmados entre Buenos Aires e Caracas na história de suas relações bilaterais. A Venezuela tornou-se, assim, o país com o qual a Argentina firmou mais tratados durante o Governo Kirchner.

Durante a visita que realizou à Argentina, em 06/08, o Presidente Chávez anunciou nova aquisição de títulos argentinos (Bônus do Sul III), no valor nominal de US\$ 1 bilhão, divididos em duas operações de US\$ 500 milhões, mediante o sistema de subscrição direta ao Governo venezuelano, realizado a preços de mercado.

Em 16/08, o Ministro de Finanças, Rodrigo Cabezas, anunciou a suspensão da operação. Segundo Rodrigo Cabezas, a medida foi adotada como proteção aos investidores locais, em razão do recente momento de volatilidade no mercado bursátil internacional, relacionada a problemas no sistema hipotecário estadunidense. Com o aumento da aversão ao risco, o risco-soberano da Venezuela elevou-se 20 % nos últimos dois dias.

Essa modalidade de financiamento vem ocorrendo desde novembro de 2004, quando o Presidente venezuelano anunciou a primeira compra de títulos emitidos pela Argentina. Já foram emitidos cerca de US\$ 5 bilhões, dos quais US\$ 750 milhões foram adquiridos pelo Governo venezuelano em fevereiro último. O Governo venezuelano não costuma conservar por muito tempo esses papéis, que têm sido negociados após dois ou três meses no mercado financeiro venezuelano, em moeda local e levando em conta a cotação do dólar paralelo.

A taxa de juros implícita na nova aquisição direta, a preço de mercado, por parte da Venezuela, foi estimada em 10,9% ao ano. Analistas afirmam que essa taxa é mais alta do que a cobrada pelo FMI.

Caso da Maleta com dólares

No dia 4 de agosto, o empresário venezuelano Alejandro Antonini Wilson foi detido ao desembarcar em Buenos Aires com uma mala com US\$ 790 mil não-declarados, às vésperas da visita do Presidente Chávez à Argentina. O caso provocou polêmica nos dois países, com suspeitas de corrupção envolvendo ambos os lados. O ex-vice-presidente venezuelano José Vicente Rangel considera provável que o episódio esteja relacionado a operações com bônus da estatal PDVSA, realizadas por funcionários venezuelanos por meio de um pequeno banco argentino. Especula-se, também, que o dinheiro poderia ser uma contribuição do governo venezuelano à campanha presidencial da primeira-dama argentina, Cristina de Kirchner.

Em 09/08 de agosto, Claudio Uberti, um dos homens fortes da equipe do ministro argentino do Planejamento, Julio de Vido, foi demitido. Ele estava no mesmo avião de Wilson. Em 16/08, o Vice-Presidente da PDVSA, Diego Uzcategui Matheus, pediu demissão. O filho dele, Daniel

Uzcategui Spetch, 18 anos, é acusado de ter convidado Wilson a embarcar no avião.

Em 22/08, a Interpol emitiu uma ordem de captura internacional de Wilson, solicitada pela Justiça argentina.

Cooperação Energética

Ainda no contexto da última visita do Presidente Chávez a Buenos Aires, foi assinado Tratado de Segurança Energética prevendo, entre outras iniciativas, investimento venezuelano de US\$ 400 milhões na construção de uma planta de regaseificação na Argentina, que operará com GLP importado da Venezuela. A fábrica ficará pronta dentro de dois anos.

VENEZUELA-URUGUAI

O Presidente Chávez realizou, nos dias 6 e 7 de agosto, sua quinta visita ao Uruguai desde que o Presidente Tabaré Vázquez foi eleito. O objetivo, dessa vez, foi o de aprofundar a cooperação econômico-comercial entre os dois países, sobretudo na área de energia, bem como assegurar o apoio uruguaio para o ingresso da Venezuela no Mercosul. A visita também teve a finalidade de aproximar novamente o Governo uruguaio do venezuelano, ao atenuar os ressentimentos provocados pela ausência de Chávez à Cúpula Ibero-Americana, realizada em novembro de 2006.

Na qualidade de Presidente Pró-Tempor do Mercosul, o Presidente Tabaré Vázquez comprometeu-se publicamente a fazer tudo que estiver a seu alcance para que, antes de dezembro, o Congresso do Brasil e o do Paraguai concluam os trâmites para a votação do pedido de ingresso da Venezuela como sócio pleno do Mercosul.

Na área econômica, celebrou-se o Tratado de Segurança Energética que, por meio do desenvolvimento de uma série de projetos de cooperação, poderá levar a Venezuela à condição de principal parceiro estratégico do Uruguai em matéria de energia. Dentre as principais iniciativas, cumpre citar a assinatura de três memorandos de entendimento entre a ANCAP e a PDVSA nas seguintes áreas: a) a exploração, juntamente com a Energia Argentina Sociedad Anônima (ENARSA), das reservas de petróleo da Bacia do Orinoco e a implantação no Uruguai de uma refinaria de hidrocarburos pesados; b) a aquisição de 25% das ações da empresa estatal Alcoholes de Uruguay (ALUR); c) a criação de empresa mista com a função de promover a comercialização do coque venezuelano e do clínquer (principal componente do cimento) uruguaio. Outros acordos referem-se ao apoio financeiro e técnico da PDVSA para o desenvolvimento de empreendimentos produtivos, em cooperação com a ANCAP, para a ampliação e a modernização da refinaria de La Teja e a construção de uma usina de regaseificação com capacidade de produção diária de 10 milhões

de metros cúbicos de gás (projeto com custo avaliado em 400 milhões de dólares e que vai de encontro a plano semelhante aventado pela Petrobrás).

A Venezuela manteve o compromisso de continuar vendendo petróleo ao Uruguai em condições de financiamento vantajosas. Chávez também indicou o interesse em financiar a instalação no Uruguai de uma unidade de produção de insulina (avaliada em 600 milhões de dólares) e de uma fábrica de vidro.

VENEZUELA-PERU

Os Governos da Venezuela e do Peru decidiram, recentemente, normalizar as relações bilaterais, com o reenvio dos respectivos Embaixadores, retirados em 2006, em decorrência de troca de insultos entre os Presidentes Chávez e Alan García. O confronto começou em maio do ano passado, quando o Presidente venezuelano endossou publicamente a candidatura de Ollanta Humala à Presidência do Peru. Na ocasião, Chávez alcunhou García de "ladrão" e de "fantoche dos EUA"; o Presidente peruano, por sua vez, chamou seu colega de "perdedor histórico".

VENEZUELA-COLÔMBIA

As relações da Venezuela com a Colômbia são marcadas por rivalidades históricas e problemas decorrentes da atuação da guerrilha colombiana em território venezuelano. No Governo Chávez, alegações de sua eventual vinculação com a guerrilha vêm despertando suspeitas e causando mal-estar em Bogotá.

Nos setores militares venezuelanos, a Colômbia é tratada como fonte de preocupação. Caracas estaria muito atenta à deterioração da segurança na fronteira e ao risco de "spill-over" do conflito colombiano para o território venezuelano, especialmente no que concerne a ação dos paramilitares. Em segundo lugar, o Governo de Bogotá, que já teria atacado a Venezuela por três vezes em sua história, segundo os venezuelanos, encontrar-se-ia hoje "super-armado pelos EUA". A Colômbia seria uma plataforma para a ação dos EUA na região. Os EUA admitem reservadamente, conforme afirmações de seu Embaixador em Caracas, que Washington estaria disposto a "armar a Colômbia até os dentes", caso isso seja necessário para manter o equilíbrio na relação de forças entre a Colômbia e a Venezuela.

Permanece sem solução a questão do diferendo, na região do Golfo da Venezuela, em torno da delimitação da fronteira marítima entre os dois países. A questão teve origem em 1954, quando se iniciaram as negociações em torno do assunto. Ao longo dos anos não foi possível às Partes chegar a um acordo, em função, basicamente, de uma importante questão de natureza geoestratégica: devido à pouca profundidade do Golfo da Venezuela, ponto de escoamento de todo o petróleo produzido no Lago

de Maracaibo, e em áreas próximas, a projeção da linha da fronteira marítima inicialmente reivindicada pela Colômbia alcançaria a extremidade do canal utilizado para a navegação de petroleiros de porte no golfo, o que seria inaceitável para o estamento militar venezuelano. A indefinição da controvérsia levou, em 1987, os dois países à beira de um conflito armado, situação superada por gestões do Secretário-Geral da OEA.

As relações também têm sido marcadas por incidentes na fronteira comum, que se caracteriza como área de intenso comércio legal e ilegal nos dois sentidos. O tráfico de cocaína é a principal atividade ilícita, registrando-se ainda contrabando de armas, combustível e insumos para o processamento da pasta de coca. A região é objeto de precário controle, seja pelo baixo interesse das autoridades venezuelanas, seja pela dificuldade colombiana de preencher os vazios fronteiriços com efetivos militares.

Em fins de novembro de 2005, os Presidentes Uribe e Chávez encontraram-se na cidade de Puntofijo, na Venezuela, ocasião em que avançaram os entendimentos com vistas à construção de dois gasodutos: entre Paraguaná, na Venezuela, e La Guajira, na Colômbia, com 230 km de extensão e ao custo de US\$ 330 milhões; e entre Maracaibo, em território venezuelano, e Ballenas, no lado colombiano, com extensão de 205 km e custo aproximado de US\$ 200 milhões.

As obras para a construção do gasoduto Maracaibo-Ballenas, financiadas pela PDVSA, foram inauguradas no dia 8 de julho de 2006 pelos Presidentes Uribe e Chávez, na cidade de Maracaibo. A imprensa colombiana tem noticiado a possível utilização do gasoduto, no futuro, para o escoamento de petróleo venezuelano para a Colômbia. As atuais reservas petroleiras colombianas deverão estar esgotadas até 2011. Em relação ao segundo gasoduto -- Paraguaná-Guajira --, o Ministro de Energia da Venezuela, Rafael Ramirez, afirmou recentemente que será concluído até o final de 2007.

Em 6 de junho, o Ministro Nicolás Maduro manteve encontro com o Chanceler colombiano, Fernando Araújo, em Bogotá, ocasião em que foram tratados os seguintes pontos: a) contrabando de combustíveis na área de fronteira; b) gasoduto binacional, tema que estaria, segundo Maduro, avançando satisfatoriamente; c) cooperação entre ECOPETROL e PDVSA. Araújo comentou estarem em estudos a realização de projetos conjuntos e de investimentos e explorações da PDVSA na Colômbia e da ECOPETROL na Venezuela.

Intermediação do Presidente Chávez nas negociações com as FARC

No dia 15 de agosto, parentes de alguns dos 46 reféns políticos das FARC -- entre os quais se inclui a jornalista colombiana ex-senadora e ex-candidata à presidência da Colômbia Ingrid Betancourt -- mantiveram

encontro, em Caracas, com o Presidente Chávez. O mandatário prometeu ajudar na negociação envolvendo os rebeldes do país vizinho e o Governo de Álvaro Uribe. “Vamos tentar fazer contato com o alto comando das Farc”, anunciou Chávez após a reunião.

O Presidente Chávez ofereceu o território venezuelano para a realização das negociações e para possível intercâmbio dos reféns por membros das FARC detidos pelo Governo Uribe. Reiterou, ainda, que só aceitou colaborar em virtude do pedido que lhe foi feito pelo seu homólogo colombiano.

Em 31 de agosto passado, Chávez e Uribe mantiveram encontro na Colômbia. Chávez reiterou, na oportunidade, que pretende receber em Caracas um representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para discutir a libertação de reféns.

VENEZUELA-GUIANA

O contencioso fronteiriço sobre a região do Essequibo é capítulo fundamental das relações entre a Venezuela e a Guiana. Com a eleição do Presidente Chávez, o tema voltou a despertar temores no país vizinho, em função dos artigos da nova Constituição venezuelana sobre o território nacional. Comunicado oficial de Caracas, por ocasião do centenário do laudo arbitral de 1899, que outorgou a maior parte do território a oeste do Rio Essequibo ao então Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, considerou o “nulo e írrito”. Houve também protesto contra concessões para exploração de petróleo por parte da Guiana em águas consideradas pela Venezuela como pertencentes à “zona em reclamação”. Em fevereiro de 2004, porém, o Presidente Chávez declarou, durante visita oficial à Guiana, que não se oporia à execução, por parte do país vizinho, de projetos de desenvolvimento na região do Essequibo.

Em entrevista publicada no início de 2007 no “El Nacional”, um dos jornais de maior circulação na Venezuela, o Embaixador da Guiana em Caracas lançou apelo ao Presidente Chávez para que abandonasse a reivindicação territorial referente ao Essequibo em nome da irmandade entre países socialistas e do combate ao imperialismo. Nem a Presidência, nem a Chancelaria venezuelana se pronunciaram a respeito.

VENEZUELA-IRÃ

Membros fundadores da OPEP em 1960, Venezuela e Irã intensificaram seu relacionamento nos últimos anos, encarado como estratégico por ambos os países. O Presidente Chávez realizou sua quinta visita oficial ao Irã em julho de 2006, quando se encontrou com o líder supremo iraniano, aiatolá Seyyed Ali Jameni, e com o Presidente, Mahmoud

Ahmadinejad. Durante o encontro, assinou 12 acordos nas áreas de petróleo, indústria, aeronáutica, habitação e saúde; afirmou que a Revolução Bolivariana é “irmã” da Revolução Islâmica e que apoiará o Irã “em qualquer circunstância”; inaugurou nova Chancelaria da Embaixada venezuelana e recebeu a mais alta condecoração concedida pelo governo iraniano, a Ordem República Islâmica do Irã. Foi o primeiro Chefe de Estado estrangeiro a receber essa distinção.

O Presidente Chávez disse estudar a possibilidade de apoiar iniciativa iraniana de exigir pagamento em euros pelas exportações de petróleo, o que poderá alterar o mercado para esse produto e prejudicar a cotação da moeda norte-americana.

O Irã anunciou recentemente que deverá investir 9 bilhões de dólares na Venezuela em projetos de desenvolvimento, além do US\$ 1 bilhão já investido. Em 2006, foi o segundo maior investidor estrangeiro no país, atrás apenas dos Estados Unidos. Três projetos estão em estágio avançado: a instalação de fábrica de tratores, a construção de 10.000 casas populares, em conexão com a instalação de duas fábricas iranianas de cimento, e a fabricação de automóveis populares.

No plano político, os Presidentes Chávez e Ahmadinejad comprometeram-se a apoiar-se mutuamente em fóruns internacionais. Esse respaldo pôde ser observado, por exemplo, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), onde a Venezuela votou contra, junto com as delegações de Cuba e Síria, resolução que encaminhou ao CSNU todos os relatórios e resoluções sobre a implementação de salvaguardas no Irã.

Em janeiro deste ano, Venezuela e Irã criaram um fundo binacional de US\$ 2 bilhões para “liberar os povos do imperialismo”. Parte deste montante pode ser destinada a países como Bolívia, Nicarágua e Equador, ampliando, desse modo, a presença iraniana na América Latina.

O Chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, visitou Teerã em março passado, no âmbito da quarta reunião anual da Comissão Mista Irã-Venezuela. Em abril, foi a vez do Chanceler iraniano, Manouchehr Mottaki, realizar visita de trabalho à Venezuela, onde manteve encontro com o Presidente Chávez e com o Ministro Nicolás Maduro. Foram analisados, então, avanços realizados na implementação de convênios de cooperação entre os dois países. O mandatário venezuelano aproveitou a visita para reiterar seu apoio ao programa nuclear do Irã e ressaltar seus fins pacíficos. Chávez advertiu, nesse contexto, que os Estados Unidos estariam cometendo um “erro” se tentassem “invadir o Irã” e que isso apenas aceleraria “a destruição do Império”.

Em julho deste ano, o Presidente Chávez realizou visita de dois dias ao Irã, na qual reafirmou a “aliança estratégica” entre os dois países no combate ao “imperialismo” e participou do lançamento de projeto binacional para a construção de usina de metanol, na região do Golfo Pérsico (prevê-se construção de usina semelhante na Venezuela). Foram

assinados 14 memorandos de entendimento nas áreas de petróleo, indústria petroquímica, minas e energia, construção civil, agricultura, pesca, transporte, saúde, crédito e operações bancárias. Destaque especial foi dado ao projeto de construção pelo Irã de sete mil casas na Venezuela.

Recentemente, o Ministro da Energia e Petróleo e Presidente da PDVSA, Rafael Ramirez, anunciou a aceleração dos trabalhos conjuntos de exploração petrolífera no Bloco 7 do campo Ayacucho, na Faixa do Orinoco, o qual envolverá investimentos da ordem de US\$ 4 bilhões pelos dois países. A exploração conjunta será feita por meio de empresa binacional a ser criada entre a PDVSA e a Petropars iraniana, a qual poderá atuar também em terceiros países. Empresas mistas deverão ser formadas para construir infra-estrutura petroleira para uso “off-shore” na Plataforma Deltana e no Golfo da Venezuela.

VENEZUELA-RÚSSIA

Em julho de 2006, Chávez realizou visita à Rússia e assinou contratos no valor de mais de US\$ 1 bilhão para a aquisição de material bélico, apesar de protestos do Governo dos EUA. Foram assinados contratos referentes à compra de caças Sukhoi, helicópteros MI-17 e 100.000 fuzis Kalashnikov. Foi acordada também a construção de fábrica de fuzis Kalashnikov em território venezuelano, o que poderá levar a Venezuela a exportá-los no futuro. Com a conclusão desses acordos, a Rússia tornou-se um dos principais abastecedores de material bélico da Venezuela, criando a necessidade de manutenção e reposição desse equipamento no futuro e estabelecendo-se vínculo permanente nessa área entre os dois países.

Em junho de 2007, o Presidente Chávez retornou à Rússia para negociar a aquisição de submarinos de última geração (no mínimo cinco, segundo a imprensa russa) e compra adicional de 25 caças Sukhoi. A visita serviu, também, para obter do Presidente Putin apoio russo ao projeto de diversificação das exportações venezuelanas. Os dois países negociam a criação de uma comissão econômica bilateral e a fundação de um banco binacional.

Os Presidente Putin e Chávez acordaram a realização de investimentos russos na Venezuela, nas áreas de mineração, química, construção, alumínio, construção, indústrias de gás e petróleo, os quais deverão ocupar nichos abertos pela saída das empresas estrangeiras do país sul-americano, em razão das estatizações ocorridas nos últimos meses.

VENEZUELA-MERCOSUL

O Grupo de Trabalho criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL realizou cinco reuniões entre setembro de 2006 e fevereiro de 2007, para tratar das quatro vertentes do processo de

adesão da Venezuela ao MERCOSUL: i) adoção da normativa do MERCOSUL; ii) adoção da NCM e da TEC; iii) adoção de novo Programa de Liberalização Comercial (PLC); e iv) adesão da Venezuela aos acordos vigentes entre o Mercosul e terceiros países ou grupamentos de países.

O principal ponto ainda em aberto é o PLC da Venezuela com o Brasil e com a Argentina. Ao Brasil, a Venezuela solicitou a realocação de 1.499 produtos dos seus atuais cronogramas de desgravação no ACE-59 para cronogramas mais desfavoráveis. Deseja também excluir até 1.200 produtos (ainda não identificados) do processo de desgravação, a exemplo do ocorrido com as "Listas de Exceções" estabelecidas no artigo 6º do Tratado de Assunção de 1991.

Os temas ainda em aberto serão retomados em Grupo de Trabalho Ad Hoc criado pela Decisão CMC/12/07, a qual aprovou o Informe Final do GT criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão.

Foi marcada para o dia 21 de setembro reunião bilateral para tratar do programa de liberalização comercial Brasil-Venezuela.

RELAÇÕES BRASIL-VENEZUELA

O Governo brasileiro atribui importância estratégica às relações com a Venezuela. Com população de 26 milhões de habitantes e economia em contínua expansão – crescimento de 10%, em média, nos últimos anos – o país apresenta demanda interna crescente e já constitui o 10º destino das exportações brasileiras.

As relações bilaterais experimentaram desenvolvimento significativo ao longo dos últimos anos, fato que pode ser atribuído ao vínculo de amizade mantido entre os Presidentes Lula e Chávez e ao estímulo propiciado pela Aliança Estratégica firmada entre os dois Governos, em fevereiro de 2005.

COMISSÃO BINACIONAL DE ALTO NÍVEL (COBAN)

Brasil e Venezuela criaram, com a assinatura do "Protocolo de La Guzmania", em 1994, a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN). A Comissão é presidida pelos Ministros de Relações Exteriores. Possui, em sua estrutura, um Mecanismo Político de Consulta (MPC), que normalmente se reúne em nível de Vice-Chanceleres.

Foram estabelecidos Grupos de Trabalho (GTs) da COBAN nas seguintes áreas: política; energia; mineração; comércio; finanças; investimentos; agricultura; transportes; infra-estrutura; comunicações; cooperação militar e segurança; cooperação técnica; meio ambiente, e desenvolvimento fronteiriço.

As reuniões da COBAN ocorrem, alternadamente, no Brasil e na Venezuela. A mais recente teve lugar no Brasil, em fevereiro de 2005. A última reunião de um GT da COBAN ocorreu em julho de 2005, por ocasião da VII Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço, em Santa Helena do Uairén, na Venezuela.

O Chanceler Maduro sugeriu, durante sua visita ao Brasil (30.04.07), que os seguintes temas fossem tratados durante a próxima reunião de Vice-Ministros: política industrial, saúde e temas fronteiriços.

ENERGIA

Desde maio passado, a Petrobrás tem buscado agendar, sem êxito, reunião do “steering committee”, instância estabelecida no Memorando de Entendimento entre Petrobras e PDVSA e que regula as relações entre as suas empresas. Entre os projetos que as duas petrolíferas estão negociando destacam-se:

Refinaria Abreu e Lima e Carabobo I

A PDVSA sugeriu, recentemente, que o projeto de exploração de Carabobo I seja desvinculado da construção da refinaria binacional Refinaria Abreu e Lima. Assim, os 200 mil barris diários de petróleo de 9 graus API (extrapesado), a serem extraídos do campo Carabobo I pela empresa mista PDVSA-Petrobras, seriam melhorados até 32 graus API (petróleo leve) e destinados exclusivamente à exportação.

A Refinaria Abreu e Lima, que deverá processar 200 mil barris diários, receberia 100 mil barris de petróleo venezuelano provenientes de outros campos da PDVSA, já em produção, fornecidos com 16/17 graus API. Esse petróleo seria compatível com o petróleo de tipo “marlin” da Petrobras, a ser igualmente processado na Refinaria (outros 100 mil barris diários).

A proposta é melhor do que a original do ponto de vista empresarial, pois os petróleos de 32 graus API têm um valor de mercado substancialmente maior, o que torna o projeto de Carabobo I mais atraente economicamente para a Petrobras.

Apesar de não ter havido evolução nas negociações sobre os temas gerenciais entre as duas empresas nos últimos 60 dias, a obra da refinaria tem seguido seu curso normal, uma vez que está sendo totalmente conduzida pela equipe técnica da Petrobras.

Grande Gasoduto do Sul

Em reunião de junho passado, os grupos de apoio apresentaram à Comissão Binacional os resultados do trabalho efetuado na primeira fase do projeto (visualização). A Venezuela voltou a reiterar seu compromisso

de destinar 13 TCF (“trillion cubic feet”) para o Gasoduto. Por outro lado, informou que planeja construir dois ramais do GGS em território venezuelano, o que poderá ter implicações no volume de gás para o Brasil e aumento dos custos de construção do Gasoduto. O lado brasileiro reiterou a necessidade de contar com um plano de alocação das reservas de gás e de sua exploração para poder avançar para a segunda fase do projeto. Venezuela voltou a prometer que forneceria essas informações, até o dia 3 de julho, o que não ocorreu.

Nova reunião da Comissão Binacional, na qual deverá ser finalizado o Documento de Suporte à Decisão (DSD), que servirá de subsídio para que os Presidentes dos dois países possam decidir sobre a passagem para a próxima etapa, deverá ocorrer em Caracas, tão logo o lado venezuelano forneça as informações mencionadas.

Campo de Gás de Mariscal Sucre

Em dezembro de 2006, na Reunião dos Presidentes, foi acordado que haveria a aprovação de um calendário de reuniões e que os presidentes das companhias fariam um balanço em janeiro, o que de fato ocorreu. Depois disso, nada mais evoluiu e o acordo venceu no final de março. A Petrobras indica que não consegue interlocutores disponíveis na PDVSA para avançar. Segundo a empresa brasileira, desde o ano passado, foram solicitadas ao lado venezuelano informações que até o momento não foram respondidas, a exemplo da definição de preço do gás no mercado interno da Venezuela.

Campos Maduros

A possibilidade de exploração dos campos maduros foi apresentada, informalmente, à Petrobras como uma compensação oferecida na negociação de migração de contratos antigos, nos quais a Petrobras passou a ser minoritária e a PDVSA majoritária em suas atividades na Venezuela. A PDVSA apresentou como “bônus de assinatura” o montante de US\$ 149 milhões. Além disso, indicou que haveria um “fator de conversão” que aumentaria o valor do bônus. A Petrobras considera o valor muito elevado, o que inviabilizaria o negócio.

Comercialização de etanol

No último dia 30 de abril, o Ministro Celso Amorim manteve encontro com o Chanceler Nicolás Maduro. Na esteira da reunião, Brasil e Venezuela firmaram entendimento de assinar contrato, com duração, em princípio de um ano, pelo qual a PDVSA manifesta interesse em comprar cerca de 100 milhões de litros de álcool combustível da Petrobras.

A Petrobras continua interessada em assinar um contrato de longo prazo. A última carga de etanol foi enviada à Venezuela em outubro de

2006. Não houve avanços quanto ao tema. A Petrobras continua aguardando reação da Venezuela.

RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL

O Brasil ocupa, atualmente, o 23º lugar nas exportações venezuelanas – já foi o quinto, em 2002 – e o 3º nas importações daquele país, atrás dos Estados Unidos e da Colômbia.

Em 2002 o intercâmbio entre Brasil e Venezuela havia caído para US\$ 1,4 bilhão, queda que foi acentuada no ano seguinte, quando registraram-se apenas US\$ 880 milhões. Em 2004, o comércio bilateral elevou-se para US\$ 1,6 bilhão e, no ano seguinte, alcançaria patamar de US\$ 2,4 bilhões. Em 2006, a curva manteve-se ascendente, tanto do ponto de vista das vendas brasileiras, como venezuelanas. O Brasil exportou US\$ 3,5 bilhões para o país vizinho e importou US\$ 591 milhões, o que representou aumento significativo nas exportações e nas importações em comparação ao ano de 2005.

Entre janeiro e julho de 2007, as exportações brasileiras para a Venezuela chegaram a US\$ 2,4 bilhões, um aumento de 33% com relação ao mesmo período em 2006. No entanto, as vendas venezuelanas ao Brasil foram de apenas US\$ 215 milhões, o que representa queda de 36% em comparação com o primeiro semestre do ano passado.

A tendência de aumento das exportações do Brasil para a Venezuela tende a consolidar-se em razão da saída da Venezuela do Grupo dos Três (Venezuela, México e Colômbia) e da Comunidade Andina. A Colômbia estaria perdendo espaço comercial, em benefício do Brasil, no tocante a produtos tais como commodities, tecidos, manufaturas, couros e calçados. No caso do México, o deslocamento de mercado já ocorreu e haveria indícios de que o Brasil tem aumentado suas exportações de peças de reposição e produtos metalúrgicos e siderúrgicos para a Venezuela em detrimento de similares mexicanos.

A pauta de exportações do Brasil para a Venezuela é, em geral, de maior conteúdo tecnológico e de maior valor agregado do que a de importações. Entre os dez principais produtos exportados pelo Brasil, constam telefones celulares, automóveis, peças e acessórios para veículos automotores e tratores. A lista não inclui aviões super-tucanos em razão das restrições da venda desse produto impostas pelos EUA. De produtos agropecuários, apenas carne de frango e açúcar figuram no topo da lista de exportações. Inversamente, o item mais importante do setor alimentar na pauta de importações brasileiras da Venezuela é a sardinha. Cabe assinalar, também, que as exportações venezuelanas para o Brasil concentram-se no setor de derivados de petróleo, sendo as principais querosene de aviação, nafta para petroquímica e gasolina.

Desse modo, embora o volume do comércio bilateral tenha aumentado 370,7% entre 2003 e 2006 (sendo que o aumento das exportações brasileiras à Venezuela foi de 486,9% no mesmo período), os produtos brasileiros adquiridos pelos venezuelanos tendem a ser bens de consumo, pouco contribuindo para a formação de capital fixo e, por conseguinte, para o aperfeiçoamento do parque industrial e produtivo daquele país. Em 2006, a Venezuela comprou apenas US\$ 150 milhões de tratores, US\$ 20 milhões de máquinas para a indústria do açúcar e US\$ 18 milhões para máquinas e aparelhos para colheitas.

Ciente da necessidade de reduzir o desequilíbrio comercial entre os dois países, o Governo brasileiro encaminhou à Embaixada da Venezuela, em maio de 2006, cópia do estudo realizado pela Funcex, para a identificação de produtos prioritários para a importação por parte do Brasil. A iniciativa foi tomada no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). Em maio de 2007, a Chancelaria venezuelana foi consultada a respeito do interesse em assinar Memorando de Entendimento bilateral, bem como em realizar, na Venezuela, seminário “Como Exportar para o Brasil”, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). Não houve, até o momento, resposta do lado venezuelano.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2006, a Venezuela registrou crescimento econômico de +10,3%, dando continuidade ao excelente desempenho observado nos anos anteriores (+15,8% em 2004, +7,3% em 2005). Fatores peculiares a uma economia baseada no petróleo como a da Venezuela e, em especial, opções de natureza política do Governo Chávez convergem no sentido de prognosticar a continuidade de um cenário de crescimento e inflação razoavelmente elevados no país.

A Venezuela experimenta, desde os anos 20, quando se iniciaram as explorações de petróleo em grande escala no país, dificuldades para encorajar atividades produtivas não-petroleiras. O Governo Chávez promete combater esse fenômeno, incentivando o crescimento do país com base na industrialização, diversificação econômica e criação de poder nacional, liderada prioritariamente pelo Estado-empresendedor.

A política de industrialização, aliada ao compromisso do Governo com a implementação de políticas sociais abrangentes, estaria por trás do aumento significativo dos gastos públicos nos últimos anos e, por conseguinte, das dificuldades em reduzir os altos índices inflacionários venezuelanos. **Não deverá contribuir para o controle da alta dos preços, por outro lado, o aumento de 20% no salário mínimo -- que chegará ao equivalente a US\$ 286 -- anunciado recentemente pelo Governo.**

Entre 2003 e 2005, em contexto de elevação dos preços do petróleo, o gasto público da Venezuela passou de B\$ 17,28 tri para B\$ 33,11 tri

(+91%) e o consumo privado, de B\$ 73 tri para B\$ 138 tri (+89%). Entre 2005 e 2006, houve incremento de 50% nos gastos do Governo. A inflação alcançou cerca de 17% em 2006, o nível mais alto de todos os países latino-americanos, dando continuidade aos índices de dois dígitos registrados nos anos anteriores (21.7% em 2004 e 16% em 2005).

O Governo Chávez tem demonstrado preocupação com a taxa de inflação, que deverá superar 15% em 2007, mas não contempla adotar medidas recessivas e de maior controle do gasto público. A ênfase tem sido no controle de preços, o que tem gerado críticas entre analistas econômicos e representantes de determinados setores da economia. Associações agrícolas afirmam, por exemplo, que os preços impostos tornam suas atividades não-lucrativas, razão pela qual há desabastecimento de produtos básicos nos supermercados, como carne, leite, açúcar e feijão.

Instrumentos de política fiscal têm sido, também, utilizados para controlar a inflação. O combate à evasão de impostos, a redução do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), o reforço à tributação direta por meio do imposto sobre a renda estão entre as principais medidas fiscais adotadas pelo Governo.

No plano das finanças, deve-se mencionar a emissão conjunta, pela Venezuela e a Argentina, do chamado “Bônus do Sul”, e a colocação no mercado, em março de 2007, pela PDVSA, de bônus no montante de cerca de US\$ 7,5 bilhões. As operações teriam por objetivo, entre outros, financiar o serviço da dívida pública e recolher excedentes de liquidez que estão pressionando a inflação.

A Corporação Andina de Fomento (CAF) anunciou, no final de março, a colocação no mercado de capitais da Venezuela de nova emissão, em menos de um ano, de títulos denominados em bolívares, no montante de B\$ 127,5 bilhões (equivalentes a US\$ 59 milhões) e com vencimento em 2012. Esse lançamento constitui a terceira série da chamada “Emisión 2006”, aprovada pela Comissão Nacional de Valores (CNV) venezuelana no valor total de B\$ 450 bilhões (cerca de US\$ 209,8 milhões).

Ainda no plano das finanças, deve-se mencionar o fato de a Venezuela haver liquidado, em abril deste ano, todas as suas dívidas com o FMI e com o Banco Mundial. Os compromissos eram da ordem de 3 bilhões de dólares. **O Presidente Chávez anunciou, no mesmo mês, a intenção de abandonar ambos os organismos, por ele qualificados de “imperialistas” e acusados de defender os interesses dos EUA.**

Indústria e agricultura

Analistas econômicos assinalam reação positiva do setor industrial, que aumentou sua atividade em cerca de 13,4% em 2006. Nesse mesmo ano, porém, as rendas das exportações de petróleo caíram em 8,5%. Com efeito, na segregação por atividade econômica, o crescimento do PIB foi

impulsionado pelo setor não-petrolífero, que subiu 11,7%. O setor petrolífero registrou decréscimo de 1,8%, o que contrasta com o incremento de 3,1% alcançado no terceiro trimestre do ano passado e se explica por razões predominantemente conjunturais.

Dados revelados recentemente pelo Banco Central da Venezuela indicam que a expansão da indústria do país no primeiro trimestre de 2007 foi de 8 %. Analistas afirmam que esse crescimento não foi suficiente para acompanhar o aumento do consumo interno, das importações e dos setores de comércio e serviços.

As atividades agrícolas não têm demonstrado o mesmo desempenho. Atribui-se a falta de dinamismo do setor a três fatores: investimentos insuficientes em tecnologia, sobrevalorização cambial e intervencionismo estatal. O país apresenta déficit recorrente na produção agrícola e tradicionalmente se abastece nos mercados brasileiro, colombiano e norte-americano. Iniciou 2007 com grave crise de desabastecimento de feijão, açúcar e carne – quanto a este último item, cogita-se aumentar significativamente a importação do Brasil.

Reforma monetária

O Presidente Chávez assinou o decreto de reforma monetária, que vai eliminar três zeros do bolívar, criando o “Bolívar Forte”. A lei estabelece que, a partir de 1º de janeiro do próximo ano, mil bolívares serão transformados em um bolívar. A atual cotação oficial de 2.150 bolívares por dólar passará a 2,15 bolívares. No mercado paralelo, atualmente a moeda americana vale 4.000 bolívares.

A intenção do Governo é recuperar o sistema de pagamentos e a confiabilidade da moeda, ao mesmo tempo em que se produziriam efeitos psicológicos positivos na população, aumentando seu otimismo em relação à economia do país.

O Presidente Chávez também propôs, no final de março, a criação de um sistema monetário paralelo à moeda nacional, que circulará unicamente nas regiões mais pobres do país. O objetivo, segundo o Governo, é facilitar o comércio de produtos populares.

Para aprovar a medida, o Presidente poderá assinar um decreto presidencial, aproveitando os poderes especiais a ele conferidos pela Lei Habilitante.

Depósitos bancários

O Presidente Chávez anunciou, recentemente, que todos os ativos do Fundo de Garantia de Depósitos e Proteção Bancária da Venezuela (Fogade, na sigla em espanhol) serão transferidos para "os pobres". A medida deve afetar principalmente a autonomia das instituições financeiras

do país. Chávez garantiu que os depósitos bancários seguirão resguardados, mas não mencionou como.

O Fogade é parte da estrutura do Ministério das Finanças, mas sempre foi uma instituição autônoma. A decisão de eliminá-lo foi criticada por analistas financeiros, que temem a perda da autonomia de instituições financeiras encarregadas de manter a estabilidade econômica do país.

PROJETOS E ÁREAS DE COOPERAÇÃO

Pontes sobre o Rio Orinoco.

A Odebrecht construiu a segunda ponte sobre o Rio Orinoco. A obra custou US\$ 1,2 bilhão e foi inaugurada em 2006, pelos Presidentes Lula e Chávez. Foi assinado, recentemente, contrato para a construção, também pela Odebrecht, da terceira ponte sobre o Rio Orinoco. Seu custo estimado é de US\$990 milhões.

Casas populares.

Em 2006, a construtora brasileira Consilux, em contrato com o Ministério da Habitação no valor de US\$ 200 milhões, deu início à construção de 5.852 casas populares em diversas regiões da Venezuela (Ciudad Bolívar, Maturín, Barquisimeto, Acarigua e Barinas).

Linhas de metrô.

A Odebrecht está construindo as linhas 3 e 4 do metrô em Caracas. A mesma empresa construiu o metrô de Los Teques – inaugurado em outubro passado de 2006.

Hidrelétrica de La Vueltona.

A Assembléia Nacional da Venezuela está investigando suposta malversação de fundos destinados à construção da Central Elétrica La Vueltona pelo consórcio Alstom Power Hydro, composto, em parte, pela empresa brasileira Alstom Power Brasil. A obra deverá ser inaugurada em 2008.

O BNDES aprovou, em 2003, empréstimos de US\$ 121 milhões para o projeto.

Represa de El Guapo.

A empreiteira Camargo Corrêa está recuperando a barragem da represa de El Guapo, no Estado de Miranda. O custo da obra é de US\$ 60 milhões.

Projeto de Irrigação El Diluvio.

A Odebrecht deve concluir o projeto em outubro de 2008. As obras beneficiarão a região de Maracaibo, no noroeste venezuelano.

Plataformas e Navios.

Foi firmada, em 2006, carta de intenções entre a PDV Marina e os estaleiros brasileiros EISA e MAUÁ JURONG, no valor de US\$ 600 milhões, para a construção de oito navios-tanque no Brasil e dois na Venezuela. No início de agosto de 2007, as negociações foram concluídas com êxito.

Complexo agroindustrial açucareiro.

A Chancelaria venezuelana solicitou, em julho passado, gestões do Governo brasileiro para que sejam cumpridos compromissos contratuais do consórcio brasileiro Simisa Interunion, responsável pela montagem do “Complejo Agroindustrial Azucarero Ezequiel Zamora” (CAAEZ). O consórcio brasileiro não teria entregado quarenta e dois projetos encomendados pelo CAAEZ.

Siderúrgica (Aquisição).

Grupo Gerdau adquiriu, em junho de 2007, a totalidade do capital social da Siderúrgica Zuliana (Sizuca), terceira maior produtora de aço da Venezuela, por US\$ 92,5 milhões.

Siderúrgica (Construção).

A Andrade Gutierrez pretende participar da construção de uma nova siderúrgica venezuelana, no Estado Bolívar. O Governo venezuelano destinará US\$ 1,5 bilhão para a construção da obra, no prazo de três anos.

Geologia.

Foi assinado, em fevereiro de 2005, Memorando sobre a Cooperação entre o Instituto Nacional de Geologia e Mineração (INGEOMIN) da Venezuela e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) do Brasil. O Memorando está em vigor mas ainda não houve ações concretas. A CPRM tem a impressão de que o interesse venezuelano nessa cooperação teria diminuído. A Assessoria Internacional da CPRM encaminhou, em setembro de 2005, ao INGEOMIN minuta de Acordo e Plano de Trabalho no qual estão discriminados todos os custos do Projeto de Integração Geológico-Geofísica Brasil e Venezuela (PIGG). Ainda não houve reação da parte venezuelana.

Carbosuramerica. Projeto Socuy.

A CVRD e a Carbones del Zulia assinaram em setembro de 2004 documento constitutivo da Carbosuramerica para exploração de carvão no Estado de Zulia, próximo à fronteira da Colômbia. O projeto, considerado prioritário pela CVRD na Venezuela, ainda não prosperou. Não há licença

ambiental e houve manifestações contrárias da população indígena na região. O acordo que garantia exclusividade na associação com a CVRD expirou em maio de 2005. A direção da CVRD acredita que, para ser implementado o projeto, seria necessário um “impulso político, em nível presidencial”.

Mineração (CVRD/CVG)

Foi assinado, em fevereiro de 2005, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre a Corporação Venezuelana da Guayana (CVG) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Foram contempladas três áreas de atuação conjunta: i) exploração de diamantes – não há mais interesse das partes em levar adiante a cooperação nessa área; ii) projeto de exploração de bauxita- a CVRD ainda aguarda formalização de proposta pela CVG; iii) complexo siderúrgico para a produção de semi-acabados- a CVRD não tem logrado obter manifestação da CVG sobre esse projeto.

Promoção do desenvolvimento dos meios de comunicação social

Foi assinado, em fevereiro de 2005, Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações. Submetido a aprovação parlamentar no Brasil.

Ciência e Tecnologia.

Memorando de entendimento no campo da Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em fevereiro de 2005, foi submetido a aprovação parlamentar no Brasil.

Cooperação nas áreas de Agricultura, Saúde e Pesca

O Governo venezuelano enviou, recentemente, missão de técnicos ao Brasil para reuniões na ABC, com o objetivo de discutir projetos de cooperação nas áreas de saúde e agricultura.

Com base nos projetos negociados, poderão ser assinados Memorandos de Entendimento durante o provável encontro com o Chanceler Nicolás Maduro na Venezuela, em 31/08.

Aqüicultura e Pesca

Assinado em fevereiro de 2005 Memorando de Entendimento entre o Ministério de Agricultura e Terras da Venezuela e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do Brasil (SEAP). Ainda não foram implementadas ações concretas.

Tributos

Assinado em fevereiro de 2005 Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda. Submetido a aprovação parlamentar no Brasil.

Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O Protocolo de Intenção sobre Cooperação Técnica, Agricultura Familiar e Reforma Agrária, entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério da Agricultura e Terras da Venezuela, está sendo implementado. A Venezuela está interessada nos programas brasileiros de assentamento sustentável na Amazônia. Existe a possibilidade de realizar-se reunião na fronteira entre os dois países, mas a Venezuela ainda não apresentou formalmente proposta de data.

Missão da EMBRAPA

O Presidente Lula prometeu enviar missão da EMBRAPA à Venezuela para concretizar cooperação técnica nas áreas de agricultura e da pecuária. Contatado recentemente pelo Embaixador do Brasil em Caracas, o Presidente da EMBRAPA, Silvio Crestana, se dispôs a enviar a referida missão -- que também contemplaria a área pesqueira -- nos dias 17 e 18 de setembro próximo.

Criação de Zona Franca na Venezuela

O Governo venezuelano gostaria de conhecer a experiência brasileira com a Zona Franca de Manaus. Nesse sentido, manifestou interesse em promover intercâmbio entre a Superintendência e as empresas da Zona Franca de Manaus com autoridades de Puerto Ordaz (Estado Bolívar), onde há planos de instalar pólo industrial franco.

Acordo sobre facilitação de ingresso

O instrumento prevê o uso de carteiras de identidade emitidas em cada país como documentos de viagem válidos para o ingresso dos seus cidadãos nos respectivos territórios. A proposta brasileira encontra-se, desde 2003, sob exame da Chancelaria venezuelana.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
VENEZUELA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	31.780	32.984	4.571
Exportações	55.473	65.210	13.679
Importações	23.693	32.226	9.108
B. Serviços (líquido)	-3.866	-4.259	-1.115
Receita	1.356	1.459	394
Despesa	5.222	5.718	1.509
C. Renda (líquido)	-2.202	-1.512	245
Receita	4.159	7.532	1.662
Despesa	6.441	9.044	1.417
D. Transferências unilaterais (líquido)	-99	-46	-39
E. Transações correntes (A+B+C+D)	25.533	27.167	3.662
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	-16.874	-19.528	-8.226
Investimentos diretos (líquido)	1.400	-2.632	-1.055
Portfólio (líquido)	-788	-7.622	-2.507
Outros	-17.486	-9.274	-4.664
H. Erros e Omissões	-3.234	-2.964	-972
I. Saldo (E+F+G+H)	5.425	4.675	-5.536

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD July 2007.

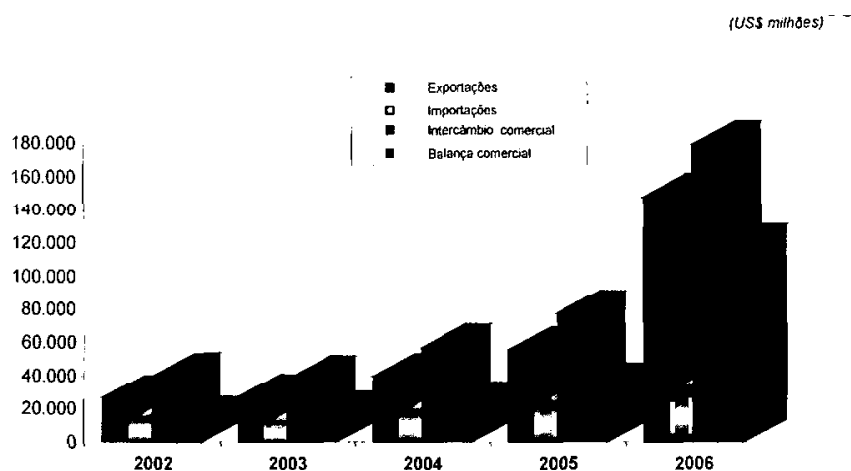
(1) janeiro - março.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões, FOB)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	26.641	27.170	39.668	55.473	147.614
Importações	13.380	10.691	17.325	21.854	30.559
Intercâmbio comercial	40.021	37.861	56.993	77.327	178.173
Balança comercial	13.261	16.479	22.343	33.619	117.055

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

2002 - 2006



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	% do total	2005	% do total	2006	% do total
EXPORTAÇÕES:						
Bermudas	0	0,0%	0	0,0%	73.002	49,5%
Estados Unidos	16.946	42,7%	26.975	48,6%	34.897	23,6%
Antilhas Holandesas	6.989	17,6%	8.099	14,6%	10.182	6,9%
China	277	0,7%	293	0,5%	2.410	1,6%
Cuba	1.081	2,7%	1.712	3,1%	2.153	1,5%
Espanha	292	0,7%	719	1,3%	1.987	1,3%
Colômbia	1.043	2,6%	1.087	2,0%	1.367	0,9%
Canadá	400	1,0%	984	1,8%	1.060	0,7%
Reino Unido	517	1,3%	651	1,2%	1.016	0,7%
República Dominicana	525	1,3%	765	1,4%	962	0,7%
Países Baixos	500	1,4%	1.510	2,7%	937	0,6%
Alemanha	183	0,5%	362	0,7%	673	0,5%
França	55	0,1%	256	0,5%	640	0,4%
México	616	1,6%	471	0,8%	592	0,4%
Bélgica	183	0,5%	264	0,5%	506	0,3%
Costa Rica	304	0,8%	399	0,7%	502	0,3%
Equador	381	1,0%	299	0,5%	376	0,3%
Trinidad e Tobago	133	0,3%	287	0,5%	361	0,2%
Itália	139	0,4%	314	0,6%	348	0,2%
Suécia	1	0,0%	3	0,0%	332	0,2%
Japão	204	0,5%	232	0,4%	319	0,2%
Jamaica	85	0,2%	249	0,4%	314	0,2%
Brasil	165	0,4%	237	0,4%	298	0,2%
Panamá	35	0,1%	235	0,4%	296	0,2%
Cingapura	500	1,3%	434	0,8%	255	0,2%
Portugal	13	0,0%	5	0,0%	245	0,2%
Peru	562	1,4%	164	0,3%	206	0,1%
SUBTOTAL	32.106	81,2%	47.006	84,7%	136.236	92,3%
DEMAIS PAÍSES	7.473	18,8%	8.467	15,3%	11.379	7,7%
TOTAL GERAL	39.668	100,0%	55.473	100,0%	147.614	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 5 ⁽¹⁾	Part. % no total
(US\$ milhões, fob)			
EXPORTAÇÕES			
Combustíveis, óleos e ceras minerais	49.206	88,7%	
Ferro fundido, ferro e aço	2.265	4,1%	
Alumínio e suas obras	1.061	1,9%	
Produtos químicos orgânicos	401	0,7%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	347	0,6%	
Subtotal	53.280	96,0%	
Demais Produtos	2.207	4,0%	
Total Geral	55.487	100,0%	
IMPORTAÇÕES			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.948	18,1%	
Veículos automóveis, tratores e ciclos	3.327	15,2%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.858	13,1%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	788	3,6%	
Produtos farmacêuticos	761	3,5%	
Plásticos e suas obras	650	3,0%	
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	599	2,7%	
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	539	2,5%	
Produtos químicos orgânicos	512	2,3%	
Borracha e suas obras	417	1,9%	
Embarcações e estruturas flutuantes	386	1,8%	
Cereais	318	1,5%	
Livros, jornais, gravuras	296	1,4%	
Ferro fundido, ferro e aço	296	1,4%	
Produtos diversos das indústrias químicas	268	1,3%	
Vestuário e seus acessórios, de malha	286	1,3%	
Óleos essenciais e resinóides	283	1,3%	
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	243	1,1%	
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	232	1,1%	
Produtos químicos inorgânicos	214	1,0%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	214	1,0%	
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	213	1,0%	
Subtotal	17.668	80,9%	
Demais Produtos	4.180	19,1%	
Total Geral	21.848	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	% do total	2005	% do total	2006	% do total
IMPORTAÇÕES:						
Estados Unidos	4.986	28,8%	6.894	31,5%	9.351	
Colômbia	1.707	9,9%	2.409	11,0%	3.125	10,2%
<i>Brasil</i>	<i>1.219</i>	<i>7,0%</i>	<i>1.989</i>	<i>9,1%</i>	<i>3.080</i>	<i>10,1%</i>
México	714	4,1%	1.515	6,9%	1.816	5,9%
China	392	2,3%	808	3,7%	1.485	4,9%
Panamá	426	2,5%	847	3,9%	1.472	4,8%
Japão	496	2,9%	712	3,3%	1.035	3,4%
Argentina	444	2,6%	518	2,4%	846	2,8%
Alemanha	530	3,1%	611	2,8%	772	2,5%
Itália	430	2,5%	496	2,3%	669	2,2%
Espanha	381	2,2%	505	2,3%	599	2,0%
Chile	249	1,4%	339	1,6%	314	1,1%
Peru	172	1,0%	285	1,3%	450	1,5%
Canadá	345	2,0%	363	1,7%	448	1,5%
França	192	1,1%	271	1,2%	410	1,3%
Reino Unido	367	2,2%	250	1,2%	318	1,0%
Bélgica	198	1,1%	254	1,2%	309	1,0%
Equador	115	0,7%	157	0,7%	265	0,9%
Países Baixos	160	0,9%	255	1,2%	265	0,9%
Hong Kong	72	0,4%	140	0,7%	204	0,7%
Suíça	128	0,7%	169	0,8%	255	0,8%
Macau	103	0,6%	153	0,7%	167	0,5%
SUBTOTAL	13.648	70,0%	19.062	91,3%	27.913	91,3%
DEMAIS PAÍSES	3.477	20,1%	1.902	8,7%	2.646	8,7%
TOTAL GERAL	17.325	100,0%	21.854	100,0%	30.559	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA ⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	798.974	608.229	1.469.802	2.223.706	3.665.424
Variação em relação ao ano anterior	-27,1%	-23,9%	141,7%	51,3%	60,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	10,7%	6,0%	9,3%	10,5%	13,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,3%	0,8%	1,5%	1,9%	2,6%
Importações	633.060	275.154	199.083	255.605	591.513
Variação em relação ao ano anterior	-16,3%	-60,5%	-27,6%	28,4%	131,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	8,3%	3,6%	2,1%	2,4%	4,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,3%	0,6%	0,3%	0,3%	0,6%
Intercâmbio Comercial	1.432.034	883.383	1.668.885	2.479.311	4.156.937
Variação em relação ao ano anterior	-22,3%	-38,3%	88,9%	48,6%	67,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-América do Sul	9,5%	5,0%	6,7%	7,6%	10,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,3%	0,7%	1,0%	1,3%	1,8%
Balança Comercial	165.914	333.075	1.270.719	1.968.101	2.973.911

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Sistema Alice

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país a país, bem como as diferenças apontadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

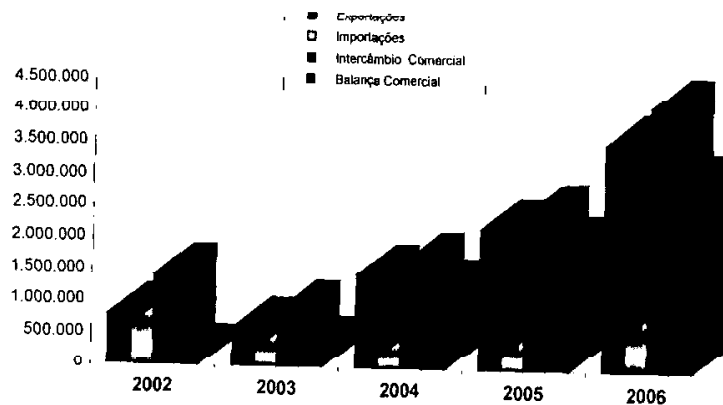
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA ⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2006 (jan-jul)	2007 (jan-jul)
Exportações	1.812.897	2.411.942
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	50,0%	33,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	12,8%	14,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	2,4%	3,0%
Importações	340.930	215.247
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	175,9%	-36,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	4,3%	2,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,7%	0,3%
Intercâmbio Comercial	2.153.827	2.627.189
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	61,7%	22,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - América do Sul	9,7%	9,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,7%	1,7%
Balança Comercial	1.471.967	2.196.695

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Sistema Alice

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país a país, bem como as diferenças apontadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-VENEZUELA 2002 - 2006

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-VENEZUELA (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	135.004	9,2%	444.282	20,0%	875.999	24,6%
Terminais portáteis de telefonia celular	61.539	4,2%	325.620	14,6%	699.532	19,6%
Apar. transm/recep. de telefonia celular, para estação base	6.165	0,4%	10.715	0,5%	27.078	0,8%
Veículos automotores, tratores, ciclos	946.237	23,7%	596.855	26,4%	872.932	24,5%
Automóveis c/ motor explosão, cilindradas entre 1500 e 3000 cm3	74.395	5,1%	159.514	7,2%	203.401	5,7%
Outras partes e acessórios p/ tratores e veículos automotores	56.824	3,9%	82.506	3,7%	109.412	3,1%
Automóveis c/ motor explosão, 1000	20.296	1,4%	42.408	1,9%	98.420	2,8%
Tratores rodoviários para semi-reboques	12.149	0,8%	47.721	2,1%	88.305	2,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	238.351	16,2%	256.975	11,6%	403.816	11,3%
Máquinas e aparelhos para ind. de açúcar	293	0,0%	374	0,0%	20.740	0,6%
Outras máquinas e aparelhos para colheita	44.248	3,0%	15.212	0,7%	18.251	0,5%
Outros motores diesel/semidiesel, para veículos automotores	951	0,1%	3.221	0,1%	15.683	0,4%
Partes de máqs e aparelhos para prepar. fabr. de alimentos, etc.	1.144	0,1%	1.429	0,1%	14.811	0,4%
Caixas de transmissão, redutores, etc.	4.003	0,3%	3.790	0,2%	12.327	0,3%
Partes de caldeiras de vapor e "de água superaquecida"	501	0,0%	674	0,0%	10.678	0,3%
Outros motores de explosão, p/ veículos automotores, cilindradas sup. 1000cm3	9.767	0,7%	10.439	0,5%	8.697	0,2%
Motocompressor hermético	10.190	0,7%	10.801	0,5%	8.804	0,2%
Carnes e miudezas, comestíveis	76.674	5,1%	124.650	5,6%	168.992	4,7%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas, em pedaços, congeladas	53.156	3,6%	99.072	4,5%	128.273	3,6%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	21.569	1,5%	17.682	0,8%	33.724	0,9%
Ferro fundido, ferro e aço	31.217	2,1%	42.088	1,9%	123.892	3,5%
Borracha e suas obras	58.665	4,0%	73.430	3,3%	102.634	2,9%
Apúscas e produtos de confeitaria	14.302	1,0%	11.662	0,5%	85.884	2,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.913	0,1%	17.609	0,8%	66.856	1,9%
Produtos farmacêuticos	48.021	3,3%	53.919	2,4%	63.864	1,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	71.933	4,9%	88.437	4,0%	63.181	1,8%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	29.053	2,0%	48.074	2,2%	59.932	1,6%
Alumínio e suas obras	23.485	1,6%	35.475	1,6%	46.547	1,3%
Preparações alimentícias diversas	30.397	2,1%	28.563	1,3%	40.696	1,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	9.947	0,7%	12.852	0,6%	40.427	1,1%
Plásticos e suas obras	18.389	1,3%	23.710	1,1%	38.371	1,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	15.144	1,0%	22.799	1,0%	36.832	1,0%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	12.895	0,9%	18.976	0,9%	36.178	1,0%
Cobre e suas obras	188	0,0%	6.589	0,3%	26.905	0,8%
Produtos químicos orgânicos	13.054	0,9%	12.718	0,6%	22.600	0,6%
Subtotal	1.175.769	80,0%	1.909.900	85,9%	3.173.338	89,0%
Demais Produtos	294.033	20,0%	313.806	14,1%	392.066	11,0%
TOTAL GERAL	1.469.802	100,0%	2.223.706	100,0%	3.565.424	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
VENEZUELA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA		2004	%	2005	%	2006	%
(US\$ mil. FOB)			do total		do total		do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Combustíveis, óleos e ceras minerais		71.229	35,8%	92.981	38,4%	146.847	79,4%
Querosenes de iluminação		49	0,0%	26.365	9,9%	163.698	27,7%
Nafas para petroquímica		0	0,0%	0	0,0%	136.848	23,1%
Óleo diesel		27.387	13,7%	23.274	9,1%	94.777	11,0%
Outras naftas, mesmo em pé, mas não apómeradas		16.196	8,1%	22.773	8,8%	28.331	5,0%
Energia elétrica		0	0,0%	0	0,0%	18.769	3,2%
Hulha bituminosa, não aglomerada		9.654	4,9%	3.609	1,1%	13.825	2,3%
Óleos lubrificantes sem aditivos		3.607	1,8%	4.150	1,6%	9.199	1,5%
Coque de petróleo não calcinado		5.644	3,0%	9.790	3,8%	5.082	0,8%
Adubos ou fertilizantes		24.648	12,5%	36.684	14,3%	33.789	5,8%
Uréia com teor de nitrogênio >45% em peso		22.094	11,5%	36.321	14,2%	33.145	5,6%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, etc.		9.477	2,8%	18.637	7,3%	21.171	3,8%
Enxofre e granel, exc. submerso, precipitado ou coloidal		5.350	2,7%	18.651	7,3%	18.266	3,1%
Produtos químicos orgânicos		3.875	3,8%	8.125	2,0%	14.829	2,5%
Plásticos e suas obras		11.747	5,9%	14.936	6,2%	11.503	2,0%
Poliéster de fibra, em formas primárias		4.893	2,5%	7.684	3,0%	4.440	0,8%
Outros polímeros em formas primárias		5.460	2,7%	3.680	1,4%	4.993	0,7%
Alumínio e suas obras		8.496	4,3%	21.438	8,4%	11.316	1,9%
Detrapidos e resíduos de alumínio		7.134	3,6%	12.337	4,8%	3.807	0,6%
Outras folhas e tiras, de alumínio, sem suporte, esp.<=0,2mm		0	0,0%	348	0,1%	3.161	0,5%
Outs laminadas, de alumínio, suporte, lamin. <=0,2mm		48	0,0%	742	0,3%	1.802	0,3%
Vidro e suas obras		6.172	4,1%	9.279	3,6%	11.471	1,9%
Chumbo e suas obras		7.618	3,6%	7.690	3,0%	9.783	1,7%
Borracha e suas obras		7.159	3,6%	4.798	1,9%	6.630	1,1%
Produtos químicos inorgânicos		16.788	9,4%	10.603	4,1%	4.407	0,7%
Dilúido de ácido obtido por precipitação		1.585	0,8%	2.093	0,8%	2.318	0,4%
Outros óxidos artificiais, quimicamente definidos ou não		0	0,0%	0	0,0%	822	0,1%
Amônia gas. líquido		19.345	8,3%	4.710	1,8%	0	0,0%
Subtotal		167.519	84,1%	222.863	87,2%	670.719	96,5%
Demais Produtos		31.588	15,9%	32.742	12,8%	20.794	3,5%
TOTAL GERAL		199.103	100,0%	255.605	100,0%	691.513	100,0%

Elaborado pelo IBRAC/CEC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base nos dados do MCG/CEC/Comércio Exterior.
Grupos de produtos definidos em termos de natureza, tendo como base os valores agregados em 2006.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
VENEZUELA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA (US\$ mil - FOB)		2006 (jan-jul)	% do total	2007 (jan-jul)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Veículos automotivos, tratores, ciclos	437.172	24,1%	735.839	30,5%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	459.971	26,2%	428.979	17,8%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	185.486	9,1%	217.180	9,0%	
Carnes e miudezas, comestíveis	114.757	6,3%	175.522	7,3%	
Ferro fundido, ferro e aço	73.852	4,1%	73.963	3,1%	
Borrachas e suas obras	69.769	3,8%	69.242	2,9%	
Produtos farmacêuticos	32.595	1,8%	53.467	2,2%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	37.497	2,1%	50.709	2,1%	
Animais vivos	1.087	0,1%	42.473	1,8%	
Alumínio e suas obras	21.808	1,2%	40.557	1,7%	
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	30.488	1,7%	37.816	1,6%	
Preparações alimentícias diversas	21.689	1,2%	35.565	1,5%	
Açúcares e produtos de confeitaria	22.976	1,3%	34.783	1,4%	
Plásticos e suas obras	20.785	1,1%	34.689	1,4%	
Calçados, palmars e artefatos semelhantes	15.530	0,9%	33.279	1,4%	
Subtotal	1.511.463	83,4%	2.864.063	85,6%	
Demais Produtos	301.434	16,6%	347.879	14,4%	
TOTAL GERAL	1.812.897	100,0%	2.411.942	100,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Combustíveis, óleos e ceras minerais	257.801	75,6%	124.010	57,0%	
Alumínio e suas obras	4.744	1,4%	22.810	10,6%	
Adubos ou fertilizantes	23.037	6,8%	21.304	9,9%	
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	12.485	3,7%	12.389	5,8%	
Plásticos e suas obras	8.153	2,4%	8.174	3,8%	
Vidro e suas obras	6.308	1,9%	5.707	2,7%	
Borrachas e suas obras	3.160	0,9%	4.055	1,8%	
Produtos químicos inorgânicos	1.314	0,4%	3.194	1,5%	
Subtotal	317.002	93,0%	201.663	93,7%	
Demais Produtos	23.920	7,0%	13.564	6,3%	
TOTAL GERAL	340.920	100,0%	215.247	100,0%	

Elaborado pelo IBRAC/CEC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base nos dados do MCG/CEC/Comércio Exterior.
Grupos de produtos definidos em termos de natureza, tendo como base os valores agregados em janeiro/2007.

Aviso nº 942 - C. Civil.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

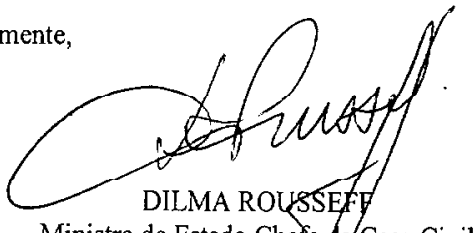
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 27/9/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:15456/2007)